

# esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

---



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Departamento de de Comunicação e Ciências Empresariais

Mestrado em Comunicação Social – Novos Media

Democracia e liberdade pós *gatekeeping*: respostas da  
sociedade civil através dos *novos media*

Florianio de Almeida Neto

Coimbra, 2019

**esec**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Floriano de Almeida Neto

**Democracia e liberdade pós *gatekeeping*: respostas da  
sociedade civil através dos novos *media***

Dissertação de Mestrado em Comunicação Social – Novos *Media*, apresentada ao  
Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola Superior de  
Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutora Carla Susana Ribeiro Patrão

Arguente: Prof. Doutora Susana Maria Cerqueira Borges

Orientador: Prof. Doutor Gil António Baptista Ferreira

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Gil António Baptista Ferreira e a  
co-orientação do Professor Florencio Cabello Fernandez Delgado

outubro de 2019



## **Agradecimentos**

Agradeço principalmente a Sra. Dinalva de Almeida e o Sr. Jaime de Almeida, meus pais, pela introdução e fundamentação da minha educação, e a toda minha família.

Ao meu orientador Gil Baptista Ferreira por toda paciência e suporte, e meu coorientador Florencio Cabello por toda hospitalidade e ensinamentos, além de todas as outras professoras e professores que participaram da minha vida académica.

Também aos meus amigos que estiveram sempre ao meu lado, em especial a Cúpula.

“Se te apetece esforçar, esforça-te;  
se te apetece repousar, repousa;  
se te apetece fugir, fuja;  
se te apetece resistir, resista;  
mas saiba bem o que te apetece,  
e não recue ante nenhum pretexto,  
porque o universo se organizará  
para te dissuadir.”

Paráfrase de trecho de  
Friedrich Nietzsche (1974)

### **Democracia e liberdade pós *gatekeeping*: respostas da sociedade civil através dos novos *media***

Resumo: O *gatekeeping* é um tema muito abordado na literatura, tanto na sua origem como sua mudança ao longo do tempo, contudo onda após onda de inovação digital introduziu um novo conjunto de influências nos hábitos de notícias do público. As redes sociais, aplicativos de mensagens, textos e e-mails fornecem um fluxo constante de notícias de pessoas próximas e de estranhos. Notícias agora podem vir fragmentadas, como links ou compartilhamentos, colocando menos ênfase no editor. E os níveis hiperativos de imediatismo e mobilidade podem criar uma expectativa de que a notícia chegará a nós, quer a procuremos ou não. A resposta prática a estes acontecimentos é denominada *gatewatching*. Com esta “abertura dos portões” proporcionada pelos novos *media* podemos perceber alguns acontecimentos e tendências que ajudam a fortalecer a democracia, como por exemplo a Primavera Árabe, as manifestações do Brasil em 2013 e o aumento significativo de um novo fenómeno chamado *fake news*.

**Palavras-chave:** *gatekeeping*, *gatewatching*, democracia, jornalismo, *fake news*

**Abstract:** *Gatekeeping* is a very tackled topic in literature, both its origin and its change over time. However, the wave after the wave of digital innovation has introduced a new set of influences on the public's news habits. Social *media*, messaging applications, texts and e-mails provide a steady stream of news from close friends and strangers. News can now come fragmented, such as links or shares, placing less emphasis on the publisher. And hyperactive levels of immediacy and mobility can create an expectation that the news will come to us, whether we seek it or not. The practical answer to these events is called *gatewatching*. With this "opening of the gates" provided by the new *media* we can see some events and trends that help strengthen democracy, such as the Arab Spring, the manifestations of Brazil in 2013 and the significant increase of a new phenomenon called *fake news*.

**Keywords:** *gatekeeping*, *gatewatching*, democracy, journalism, *fake news*

**Resumen:** El *gatekeeping* es un tema muy abordado en la literatura, tanto su origen como su cambio a lo largo del tiempo, pero la onda después de la onda de innovación digital introdujo un nuevo conjunto de influencias en los hábitos de noticias del público. Medios sociales, aplicaciones de mensajería, textos y correos electrónicos proporcionan un flujo constante de noticias de personas cercanas y extrañas. Las noticias ahora pueden venir fragmentadas, como enlaces o recursos compartidos, poniendo menos énfasis en el editor. Y los niveles hiperactivos de inmediatez y movilidad pueden crear una expectativa de que la noticia llegará a nosotros, ya sea que la busquemos o no. La respuesta práctica a estos acontecimientos se denomina *gatewatching*. Con esta "apertura de las puertas" proporcionada por los nuevos medios podemos percibir algunos acontecimientos y tendencias que ayudan a fortalecer la democracia, como por ejemplo la Primavera Árabe, las manifestaciones de Brasil en 2013 y el aumento significativo de un nuevo fenómeno llamado *fake news*.

**Palabras clave:** *gatekeeping*, *gatewatching*, democracia, periodismo, *fake news*



## Sumário

1. Introdução .....	9
1.1 Pergunta central e metodologia.....	15
2. Contexto histórico .....	17
2.1. <i>Gatekeeping</i> x <i>Gatewatching</i> .....	19
2.2. Democracia nos <i>media</i> .....	24
3. Novos <i>Media</i> e a Democracia.....	31
3.1. Fenómenos Democráticos.....	33
3.2. Primavera Árabe.....	36
3.3. Tunisia.....	38
3.4. Egito.....	43
3.5. Mundo Árabe.....	50
3.6. Manifestações Brasil 2013.....	53
4. <i>Fake news</i> .....	65
5. Conclusão .....	72
6. Bibliografia .....	74

## **INTRODUÇÃO**



## Introdução

A comunicação e a democracia são temas debatidos massivamente ao longo do tempo, no presente, cada dia mais existe a necessidade de uma afirmação destes conceitos, principalmente na era digital contemporânea, Benkler da luz a uma definição importante, “a informação, o conhecimento e a cultura são cruciais para a liberdade e o desenvolvimento humano” (Benkler, 2015, p. 35). Segundo Benkler, toda e qualquer mudança nestes pilares, o modo que são produzidos e modificados impacta drasticamente o modo no qual visualizamos alguns aspetos sobre a sociedade: como é; como deveria ser; quem decide; e o que nós podemos fazer como cidadãos em relação a isso. “Nas últimas décadas começamos a presenciar uma transformação radical na organização informativa” (Benkler, 2015, p. 35) afirma Benkler.

Na perspetiva de Rodrigues, a Sociedade em Rede que Benkler defende, amplificou o limite de atuação política por parte dos cidadãos, cujas redes sociais e plataformas digitais estimularam e intensificaram essa participação. Deste modo, o cenário aponta para novas formas de cidadania, sociabilidades e de construção de um espaço público, onde as pessoas possam ser ouvidas, ao passo que a forma de fazer política deve ser repensada, assim como a instituição de debates públicos para decidir medidas importantes, e não mais se limitando às paredes do Congresso Nacional (Rodrigues, 2013, p. 38).

O início do século XXI foi marcado pelo avanço das tecnologias e o forte impacto dos novos *media*, grande parte desse fenómeno é atribuído à grande propagação dos ‘*devices*’ (portáteis, telemóveis, Smart Tvs, computadores de mesa e etc), que cada vez menores, mais rápidos e com mais funcionalidades que ajudam nas mais diversas tarefas do trabalho e do dia-a-dia, fazendo com que consigamos acesso a produzir e consumir informação de forma mais rápida e fácil, Benkler complementa que essa mudança também é baseada na liberdade crescente de que os indivíduos participam na criação de informação e conhecimento, e as possibilidades que isso oferece para uma nova esfera pública emergir em paralelo com os mercados comerciais dos meios de comunicação de massa. A ideia de que a Internet representa um fator de

democratização não é nova, mas tem sido um elemento básico dos escritos sobre os diversos tipos de rede de conexões desde o início dos anos 90. “Hoje parece um assunto passado dizer «A revolução da Internet», e alguns círculos académicos resulta até ingénuo, porém não deveria ser!” (Benkler, 2015, p. 35). E para ficar claro o sentido de revolução, Silva mostra um significado que contrasta bem com a retórica:

*“(...) a palavra “revolução” encontra empregos correntes para designar alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura (coisas que devemos deixar de lado e que os dicionários registam satisfatoriamente). No essencial, porém, há pouca confusão quanto ao seu significado central: mesmo na linguagem de senso comum sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de “mudança gradual” e “mudança revolucionária”, que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade. (FERNANDES, 1984, p.8)” citado em (Silva, 2011, p. 34)*

A web 2.0 torna a internet cada vez mais participativa e interativa e se apresenta para mudar diversos paradigmas, segundo Silva seu grande diferencial é a ativa participação do utilizador, “a possibilidade de alguém comum passar a gerir conteúdo, ou seja, o utilizador deixa de ser um recetor passivo, e torna-se um agente de disseminação de informações através de ferramentas como Blogs, Chats, Fóruns, Micro-bloggings, Sites de relacionamento, etc” (Silva, 2011, p. 15). No mesmo sentido, Lopes complementa que os novos *media* fazem parte dessa nova web, definindo como “uma segunda geração caracterizada por uma nova forma de usar a internet, baseada em ambientes interativos, participativos e de construção coletiva de conteúdo” (Lopes, 2013, p. 797). Contudo, Silva mais uma vez reitera que se anteriormente a Web era desenhada por sites estáticos, com pouca interação e debate, já hoje devido a alteração para web 2.0, “passou a ser possível uma conexão descentralizada, de comunidades de usuários com interesses em comum e com participação ativa dos usuários, consequência de uma plataforma aberta e mais dinâmica” (Silva, 2011, p. 16).

Com o aumento da utilização da internet - Já são 4,383,810,342 o número de utilizadores da internet (Internet World Stats, 2019). - o desenvolvimento das tecnologias, tanto a nível de hardware quanto de software, e o aumento exponencial dos conteúdos disponíveis, em paralelo com o surgimento de ferramentas em rede como “Blogger (1999), do Facebook (2004) , do Youtube (2005) e do Twitter (2006)” (Canavilhas, 2010, p. 2), e podemos adicionar também as novas ferramentas de redes sociais a partir de imagens como Instagram (2010) e Snapchat (2011), assim como o aplicativo de mensagens Whatsapp (2009). Juntas estas ferramentas formam um conglomerado de canais para compartilhamento de informação, que segundo Tufte, estes novos *media* digitais “exercem um papel central nesses movimentos sociais contemporâneos, circulando a informação, abrindo espaços para críticas sociais e facilitando novas formas de mobilização social” (Tufte, 2014, p. 63).

A criação destas ferramentas possibilitou não apenas o acesso à informação, mas também a produção de conteúdo, sendo ele informativo ou não, pelos usuários, o que multiplicou exponencialmente as opções de fontes. E Lopes ajuda a compreender que no campo do jornalismo essa afirmativa também é válida e que “esta é a mudança fundamental que levaria à revisão das rotinas produtivas no jornalismo.” (Lopes, 2013, p. 798)

Contudo, completa Canavilhas, outro fator que estes novos aplicativos proporcionaram além de potencializar o uso da internet, é que automaticamente mudaram drasticamente a rotina diária dos jornalistas e da produção noticiosa “estando hoje perfeitamente integradas na atividade profissional jornalística” (Canavilhas, 2010, p. 3). Canavilhas também considera que o modelo anterior utilizado pelos *media* convencionais que denomina como “um para muitos”, foi transformado para um modelo novo que apresenta diversas características novas, como: “muitos para muitos”, “muitos para um” e “um para um” (Canavilhas, 2010, p. 7), e trazem com essa mudança diversos paradigmas, e podemos perceber alguns acontecimentos e tendências que são marcadas com um aumento de pautas que os *media* convencionais não davam a devida importância ou até mesmo deixavam esquecidos, segundo Silva “o aparecimento de redes sociais na internet pode ser considerado como uma forma de comportamento emergente e de auto-organização,

uma vez que dentro de sistemas caóticos é possível o aparecimento de ordem através de auto-organização e a adaptação dos sistemas” (Silva, 2011, p. 20).

Parafraseando Bruns, os novos *media* “especialmente possibilitou que as audiências – ou mais exatamente os utilizadores – pulassem por cima das publicações noticiosas para se conectar diretamente com as organizações, as instituições e os indivíduos que lhes interessam” (Bruns, 2014, p. 229) e através deste mecanismo alternativo algumas vozes de minorias organizadas foram ouvidas e obtiveram frutos, assim como confirma Bruns, “estes esforços coletivos podem resultar em formas de cobertura noticiosa que são tão abrangentes como aquelas conseguidas pela indústria jornalística” (Bruns, 2014, p. 230), como por exemplo a Primavera Árabe, as manifestações do Brasil em 2013 e o aumento significativo do movimento feminista, fatos estes que serão alvo de escrutínio nesta dissertação. Porém Silva alerta que, “as Redes Sociais virtuais por si só não significam, necessariamente, uma Rede Social real, mas podem auxiliar a existência de tal” (Silva, 2011, p. 20).

Para livrar das paixões que divide entre um lado e o outro da retórica, trago dados de pesquisas para apaziguar a discussão, já que os números dão a segurança de qual direção devemos seguir: O relatório “The Modern News Consumer” (PEW Research Center, 2016) confirma essa tendência: Mais de sete em cada dez adultos norte-americanos acompanham de perto as notícias nacionais e locais - 65% acompanham as notícias internacionais com a mesma regularidade.

E nesta mesma pesquisa vem o dado impressionante: De fato 81% dos americanos obtêm pelo menos algumas dessas notícias através de sites, aplicativos ou redes sociais. E essa entrada de notícias digitais está cada vez mais móvel. Entre os que recebem notícias tanto em computadores quanto em dispositivos móveis, mais da metade prefere o telemóvel. Ainda utilizando a mesma pesquisa, um dado bastante importante é que comparado com o impresso, quase o dobro de adultos (38%) frequentemente recebe notícias on-line, seja de sites de notícias / aplicativos (28%), em Redes Sociais (18%) ou ambos. E acaba confirmando uma tendência que dentro do mundo digital, o consumo de notícias para dispositivos móveis está aumentando

rapidamente. A parcela de americanos que recebe notícias em um dispositivo móvel subiu de 54% em 2013 para 72% em 2016.

Neste mesmo enfoque, é possível verificar a pesquisa “*Activism in the social media age*” (PEW Research Center, 2018) que fala sobre a eficácia e a viabilidade de usar os novos *media* para engajamento político e ativismo social traz os seguintes dados: Que 69% dos americanos sentem que as plataformas dos novos *media* são importantes para o propósito do engajamento político, e 67% acredita que essas plataformas contribuem para criar movimentos sustentados para a mudança social. E apresenta um dado totalmente relevante que cerca de metade dos americanos se envolveram em alguma forma de atividade política ou social nos novos *media* em 2017, 34% dos americanos participaram de um grupo nas Redes Sociais que compartilham um interesse em um assunto ou causa, enquanto 32% diz ter encorajado outros a tomarem medidas em um assunto que é importante para eles.

Um dado muito interessante a qual se deve debruçar ao menos alguns instantes, a fim de fazer um esforço reflexivo no intuito do entendimento, é que certos grupos de utilizadores das Redes Sociais - mais notavelmente aqueles que são negros ou hispânicos - veem essas plataformas como uma ferramenta especialmente importante para seu próprio engajamento político. Por exemplo, cerca de metade dos utilizadores de Redes Sociais do grupo étnico negro, dizem que essas plataformas são pelo menos de alguma forma, pessoalmente importantes para eles, como um local para expressar suas opiniões políticas ou para se envolverem com questões que são importantes para eles. Essas ações caem para cerca de um terço entre os utilizadores de Redes Sociais de grupo étnico brancos.

Isso informa que grupos de minorias organizadas, no qual pouco espaço tem normalmente nos *media* convencionais, encontram refúgio e voz ativa nas redes sociais, através desta abertura que foi permitida. Ora, quando perguntados sobre o quão importante são as redes sociais para eles pessoalmente como um local para engajamento político e cívico, apenas uma minoria de utilizadores descreve esses sites como pessoalmente importantes. Mas os negros e os hispânicos têm maior probabilidade de valorizar esses sites para ajudá-los a expressar suas opiniões ou se



envolver com questões que são importantes para eles. E a pesquisa termina por dar um outro importante fator dos novos *media* em relação à política, afirmando que a maioria dos americanos acha que as redes sociais são importantes para fazer com que as autoridades eleitas prestem atenção a questões ou para iniciar movimentos sociais sustentados.

Contudo 69% dos adultos dos EUA dizem que as redes sociais são muito ou pouco importantes para conseguir que autoridades eleitas prestem atenção às questões, enquanto 67% diz que esses sites são pelo menos importantes para criar movimentos sustentados para a mudança social. Uma parte um pouco menor dos americanos (58%) concorda que as redes sociais são pelo menos um pouco importante para influenciar as decisões políticas.

No mesmo sentido trago o relatório “*Publics in Emerging Economies Worry Social Media Sow Division, Even as They Offer New Chances for Political Engagement*” (PEW Research Center, 2019) que definitivamente mostra que nos últimos anos, a internet e as redes sociais têm sido parte integrante de protestos políticos, movimentos sociais e campanhas eleitorais em todo o mundo. Os eventos como a Primavera Árabe (que abordaremos de forma complexa nesta dissertação) foi auxiliada pela conectividade digital em economias avançadas e emergentes. Porém a mesma pesquisa mostra que as redes sociais populares e as plataformas de mensagens, como o Facebook e o WhatsApp, chamaram a atenção para seu papel potencial na disseminação da desinformação, ou seja, “*Fake news*” (outro tema que será abordado de forma abrangente nesta dissertação), facilitando a manipulação política por atores estrangeiros e domésticos.

A pesquisa também mostra que as pessoas veem a conectividade digital aumentando o acesso das pessoas à informação política e facilitando o envolvimento com suas políticas locais. Maiorias em cada país entrevistados dizem que o acesso à internet, telemóveis e redes sociais tornaram as pessoas mais informadas sobre os eventos atuais, e a maioria acredita que as redes sociais aumentaram a capacidade das pessoas comuns de terem uma voz significativa no processo político (58%). Além disso, metade ou mais (52%) dizem que a tecnologia tornou as pessoas mais

recetivas àqueles que têm visões diferentes do que elas. Porem esses benefícios percebidos são frequentemente acompanhados por preocupações sobre as limitações da tecnologia como uma ferramenta para ação política ou busca de informações. Mesmo que muitos digam que as redes sociais aumentaram a influência das pessoas comuns no processo político, a maioria sente que essas plataformas aumentaram simultaneamente o risco de que as pessoas possam ser manipuladas por políticos locais. Cerca de metade ou mais também acreditam que essas plataformas aumentam o risco de que as potências estrangeiras possam interferir nas eleições de seu país. E termina afirmando que os utilizadores de redes sociais em todos os 11 países entrevistados têm mais probabilidade do que os não utilizadores de dizer que a tecnologia tornou as pessoas mais informadas sobre os eventos atuais. Os utilizadores geralmente também são mais propensos a dizer que a tecnologia fez com que as pessoas aceitassem mais pessoas com visões diferentes e mais dispostas a participar de debates políticos.

No entanto, os utilizadores também são mais propensos a dizer que a tecnologia está tornando as pessoas mais divididas em suas opiniões políticas e mais fácil de enganar com a desinformação. Porem através destas novas tecnologias e ferramentas, que facilitaram o processo da democracia deliberativa de vozes que não eram ouvidas, outro fenómeno também toma conta das vias de informação, este denominado como *fake news*. A grosso modo como as notícias entram e saem sem uma possível mediação, podem trazer com elas conteúdos falsos, “plataformas como Facebook, Twitter e Whatsapp favorecem a replicação de boatos e mentiras. Grande parte dos factoides são compartilhados por conhecidos nos quais os usuários têm confiança, o que aumenta a aparência de legitimidade das histórias” (Fábio, 2016).

### **Pergunta central e metodologia**

Neste contexto a atual dissertação tem como objetivo uma revisão bibliográfica dos principais autores referentes as bases do contexto histórico do *gatekeeping* em alternância com novos autores e a opinião crítica entre a transição para o *gatematching* e seus efeitos democratizadores, além do uso desta transição com reflexo nas ultimas revoluções que ocorreram no âmbito global e o surgimento de

novos fenómenos decorrente dessa nova pluralização dos meios e o aumento exponencial do número de canais ou vozes. Aqui vale uma pequena ressalva que este artigo tem pouca ou nenhuma vontade em expressar um contexto “ciberutópico” ou de “internet-centrismo” assim como definiu (Morozov, 2011), muito pelo contrário, longe desta ilusão de que a internet e as redes sociais são as chaves para a democracia ideal, esta dissertação mostrará o que foi possível realizar com estas ferramentas, não só ajudando de modo informativo e de organização, como contornando a censura e a agenda dos grandes *media* convencionais no contexto das revoluções que ocorreram ao redor do mundo.

## **CONTEXTO HISTÓRICO**



### ***Gatekeeping x Gatewatching***

Para fundamentar e entender o processo de alteração de contextos do jornalismo pós web 2.0 fica explícita a necessidade da introdução ao *Gatekeeping*, que é o nome usado para o conjunto de práticas utilizadas na seleção das informações pelo *gatekeeper*, que é quem controla o acesso a informação noticiada normalmente. O termo *gatekeeper* – traduzido como guardião dos portões de forma literal – ou “porteiro, guarda-cancela, guarda barreira” e Alsina sugere “selecionador” como a melhor tradução, pois em sua visão se ajusta muito mais a função comunicativa (Alsina, 2009, p. 214), é um conceito vastamente escrutinado, principalmente através do campo da comunicação.

Esta prática surgiu em meados dos anos 40, onde Kurt Lewin mencionou sua teoria que dizia que haveria mudanças sociais quando pessoas com posições influenciadoras conseguissem o foco funcionando como *gatekeepers* do conjunto de informações (Rogers, 2001). O *Gatekeeping*, na sua forma clássica, foi um resultado do sistema de produção, distribuição e consumo das notícias que existia durante o apogeu da época dos *media* de massa. O processo de produção da informação (no qual o *gatekeeper* tem mais influência) passa por uma série de escolhas no qual os jornalistas decidem quais as notícias passam pelos portões - ou “gates” -, que nada mais é que a decisão do que vai ser publicado como notícia ou não. “Se a decisão for positiva, a notícia acaba de passar pelo ‘portão’; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua ‘morte’ porque a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação” (Traquina, 2005, p. 150).

As práticas de *gatekeeping* segundo Bruns eram simplesmente uma necessidade prática, basicamente com a escassez de espaço de publicação dos *media* de massa era substancial a necessidade de uma seleção de temas ou matérias que seriam mais importantes para virarem notícias para as audiências “(isto é, quais eram as matérias que poderiam ser compactadas para caber no espaço total disponível para conteúdo noticioso na publicação ou na transmissão pela rádio ou TV)” (Bruns, 2014, p. 227) e Bruns conclui afirmando que as práticas de *gatekeeping* são justificáveis diante dessa escassez de espaço, porém alerta que é necessário um escrutínio especial nesta

prática, sabendo que “o poder e a influência dos editores sobre a pauta das notícias são inversamente proporcionais ao número de canais noticiosos disponíveis” (Bruns, 2014, p. 227). Para complementar este alerta Soroka ajuda a entender a necessidade desse escrutínio referindo que o poder da escolha que jornalistas e editores tem frente a um “vasto leque de histórias” é “sistematicamente tendencioso” por motivos óbvios de normas de formação de notícia, ambiente organizacional e opinião pública, e termina exclamando que as notícias resultantes deste processo “tendem a escorregar no sentido de histórias que são, por exemplo, sensacionalistas, invulgares, conflituosas e geograficamente próximas” (Soroka, 2012).

A teoria do *Gatekeeping* é um tema muito abordado na literatura, contudo após o advento dos novos *media* diante da esfera pública, onde Segundo Ferreira indica que “os leitores podem personalizar um portal de notícias (seja uma página online de um jornal ou um agregador de notícias)” fazendo um mix de informação de acordo com suas categorias preferenciais, ou seja “atuando como *Gatekeepers* de si próprios” (Ferreira, 2017). Esta ferramenta tende a seguir outros rumos e muda sua definição e aplicação. Bruns segue afirmando que no ciberespaço o processo de *gatekeeping* tem pouca força explicativa, até porque na web o poder de decisão estaria tanto nas mãos dos produtores, que nem sempre são jornalistas, já que qualquer utilizador pode publicar conteúdo na web, e conclui que quando as notícias se destacam nos novos *media* e o espaço, a duração, a profundidade e a amplitude do conteúdo não são mais barreiras, “um sistema rígido de *Gatekeeping* deixa de ser necessário”, até porque, conclui Bruns, nos ambientes online a falta de espaço deixa de ser um problema, “as contagens das páginas disponíveis ou as durações das transmissões não inerentemente limitam mais a profundidade, a amplitude e a duração da cobertura jornalística” sendo assim, termina Bruns, “por que seria necessário um sistema rígido de *Gatekeeping*?” (Bruns, 2005).

Assim sendo, deixando os *media* de massa não mais com o monopólio da informação tampouco do que é informado ao público, mas também agora com uma nova tarefa de mediador dos assuntos que são trazidos pelos novos *media* que “para além dos próprios *media* utilizarem estes canais, os leitores chamaram a si esta atividade, funcionando como uma espécie de novos *gatekeepers* que comentam e selecionam as

notícias mais interessantes” (Canavilhas, 2010, p. 3), sendo assim esses denominados *gatewatchers*.

O termo Gatewatcher foi inicialmente introduzido ao contexto dos *media* através de Axel Bruns, o mesmo define que após o advento da web é natural que os utilizadores da rede mundial, a internet, se envolvam a fazer a curadoria da avalanche de informações proporcionados agora pelos diversos canais de informação, ficando assim impossível a prática de *gatekeeping* com a quantidade de canais e espaço para publicação (já que como explicado anteriormente, o principal problema era a escassez), entretanto, Bruns introduz um novo caminho a ser seguido pelos antigos “guardiões dos portões” que é de “participar em um esforço distribuído e folgadoamente organizado de observar e acompanhar as informações que passam por esses canais” (Bruns, 2005, p. 230). Vale lembrar que esses processos não são novos no âmbito jornalístico, ao chegarem notícias de agências externas, o jornalista tem de fazer esta curadoria das matérias fornecidas por exemplo. E a mudança entre um grupo bem seleto de jornalistas com acessos privilegiados à um grupo de fontes, por uma multidão de utilizadores com os mais diversos interesses e fontes diversificadas, abre um leque muito mais amplo de temas e matérias com maior valor de notícia, preservando e potencializando o conceito de pluralidade.

A alteração do processo de *gatekeeping* para o *gatewatching* ocorre com a importante necessidade do processo de debate e discussão que os utilizadores trouxeram para os comentários das notícias e curadoria nos novos *media*, além de fortalecer e fixar a rivalidade com o jornalismo convencional. Ora, já que as diversas tentativas dos anos 80 e 90 pelo envolvimento das massas no jornalismo “público” e “cívico” não obtiveram resultados satisfatórios, segundo Bruns, “este jornalismo ‘público’ não chega a ser uma conversa com o público, mas apenas um exercício de mostrar e contar para o público” (Bruns, 2014, p. 228). E em consequência disso, ao perceber que o jornalismo estava perdendo espaço, Bruns enfatiza de forma dura que ao invés de fazer uma autocritica, os jornalistas resolvem “estigmatizar seus novos críticos como ‘jornalistas de poltrona’” (Bruns, 2008). O resultado de tal atitude



defensiva, como já é esperado, é preocupante e exalta mais ainda a aparência fechada em grande parte da indústria tradicional, podendo assim definir que “na maioria dos casos que os anos 2000 representam uma década perdida para a inovação jornalística” (Bruns, 2014, p. 234).

A necessidade da mudança era indiscutível, porém a indústria dos *media* tradicionais foi incapaz de aceitar a crítica, e tomou o caminho contrário, seguindo o lucro e colocando como insustentável essa prática de curadoria, sendo assim pouco se importando com seu antagonista, os novos desafiantes dos novos *media*. E Bruns mostra com lucidez e atenta ao fato de que, contudo, “os papéis dos jornalistas industriais e dos utilizadores das notícias continuarão conectando-se e misturando-se” (Bruns, 2014, p. 236), logo este paradigma terá de ser debatido e priorizado para uma melhor iteração entre os “antigos” e os “novos” membros dos meios de comunicação.

Na mesma linha de raciocínio Tufte explica que normalmente neste novo cenário de novos *media* digitais, principalmente com os dados moveis e internet mais acessível ao público, agrava o processo e tende a uma alteração na “relação entre emissor e receptor no processo de Comunicação” (Tufte, 2014, p. 70). Segundo ele, temos uma mudança fundamental no modo em que eles interagem, por um lado Tufte demonstra que “conceitos como “prosumer - prosumidores”, “produser - produsuários” e noções similares indicam a quebra de dicotomias tradicionais na linha clássica e na lógica de modelos lineares de Comunicação” (Tufte, 2014, p. 70).

Sendo assim os consumidores de informação também são produtores e vice-e-versa, dessa forma fomentando a pluralidade de produção na comunicação. E em outro sentido temos a linha de raciocínio do engajamento público, criando e relembrando conceitos “como conexão pública, engajamento na esfera pública, Jornalismo Cidadão, Jornalismo Participativo, e engajamento cívico” (Tufte, 2014, p. 71), estes conceitos fomentam o debate e o envolvimento ativo dos cidadãos com a mudança social e com os *media* convencionais principalmente. Porém aqui vale uma pequena ressalva de extrema importância, segundo Bruns a comparação entre *gatewatching* e “jornalismo cidadão” é errónea:

*“Este é um rótulo problemático que parece implicar que aquilo que os participantes praticam aqui é comparável e equivalente ao jornalismo industrial tradicional nas suas formas convencionais, e que os jornalistas profissionais que trabalham na indústria não são também cidadãos (isto é, comprometidos com o futuro político e social do seu país). Ao mesmo tempo, a dicotomia jornalismo tradicional/jornalismo cidadão define com capricho uma relação profunda de adversários entre os dois lados da divisão que dominou a discussão sobre o jornalismo cidadão na última década e que somente agora está sendo substituída por tentativas mais produtivas de explorar os pontos de conexão e cooperação entre os jornalistas “profissionais” e jornalistas “cidadãos”.” (Bruns, 2005, p. 231).*

Contundo Tufte complementa que muitos casos demonstram que a internet e a telefonia móvel oferecem uma extensão dos *media* convencionais já estabelecida e de práticas comunicacionais, proporcionando também novas dinâmicas sociais que estão desafiando a ordem social estabelecida. Esse uso, pode ser traduzido como uma manifestação de cidadania na vida cotidiana. Este argumento de Tufte é baseado em uma noção de cidadania em que a prática social é baseada em experiências cotidianas e onde reforçar a cidadania é mais do que o direito de voto. A cidadania não é apenas um conjunto de direitos e responsabilidades concedidos pelo Estado, mas é uma prática social multidimensional que fala com as identidades e ações das próprias pessoas.

Os cidadãos não são apenas as audiências ou recetores baseados em estratégias de comunicação para a mudança. Eles são igualmente vistos como participantes ou ativistas para a mudança. E a ação cívica é, portanto, a manifestação ativa dos cidadãos como requerentes de desenvolvimento, um processo no qual a identidade e a ação se integram na ação comunicativa deliberada para a transformação social. Tornando-se produtores de conteúdo, jornalistas cidadãos e blogueiros, e assumindo

papéis participativos nestes processos de desenvolvimento dos novos *media* é uma parte integrante desta nova era (Tufte, 2014, p. 71).

Neste sentido, após esta definição entraremos neste trabalho em uma parte crucial, que é escrutinar quais as mudanças democráticas deliberativas possíveis através dessa transição.

### **Democracia nos *media***

Na atual conjuntura da sociedade, alguns termos mesmo que óbvios, exaustivamente discutidos, defendidos e comprovados anteriormente, podem ser esquecidos, alterados ou malversados. Naturalmente vejo a necessidade de lembrar conceitos em sua base, assim como a democracia. que por definição é um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente, diretamente ou através de representantes eleitos. O termo origina-se do grego antigo *demokratía* ou "governo do povo", que foi criado a partir de *demos* ou "povo" e *kratos* ou "poder" no século V a.C.

Porém ninguém nos dias de hoje reivindica uma democracia mais real, segundo Rancière, muito pelo contrário, como critica o autor, todos dizem que ela já é real demais. Ninguém mais se queixa das instituições que dizem encarnar o poder do povo, nem propõe medidas para restringir esse poder. E afirma Rancière com uma lembrança ao passado de que “a mecânica das instituições que encantou os contemporâneos Montesquieu, Madison ou Toqueville não lhes interessa. É do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições do seu poder. Para eles a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o estado através dela” (Rancière, 2015, pp. 6-7).

Nesta dissertação abordaremos a democracia deliberativa como foco do debate, e a definição de Jürgen Habermas deste conceito, que aproxima ainda mais com a realidade. O filósofo alemão tende se esforçar em formular as bases para a sustentação de um modelo que, “de um lado, não abdique da interação forte e discursiva entre cidadãos e entre representantes para a formação da opinião e

da vontade e que, de outro lado, não deixe de reconhecer direitos, liberdades e reivindicações individuais” (Marques F. P., 2010, p. 56).

Trago ao passado essa reflexão, não por saudosismo, mas por um ponto de partida a pensar os termos como assim foram feitos, não como estão distorcidos nos dias de hoje. Ora, também não existe a ingenuidade em pensar que tal proeza será alcançada de um dia para o outro, assim como disseram os pensadores italianos do século XX Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca com o argumento de que a “democracia era ilusória”, e servia apenas para “mascarar a realidade da regra de elite”, assim como que a “oligarquia da elite é a lei inflexível da natureza humana”, em grande parte devido à apatia e divisão das massas (em oposição à unidade, a iniciativa e a unidade das elites), e que “as instituições democráticas não fariam mais do que mudar o exercício do poder de opressão à manipulação” (Femia, 2001). Essa forma mais extremista de pensar a democracia, é possível analisar o processo como um todo e pensar numa provável mudança. Como Louis Brandeis uma vez profetizou, "Podemos ter democracia ou podemos ter riqueza concentrada nas mãos de uns poucos, mas não podemos ter as duas coisas" (Dilliard, 1941).

É importante entender e lembrar que democracia e jornalismo nem sempre andaram juntos, a antiga Grécia que é conhecida como “O berço da democracia” antecede o conceito do jornalismo, inclusive conforme afirma Ferreira “muitos dos textos chave da fundação da teoria democrática, ou das próprias práticas democráticas, não fazem quaisquer referencia ao jornalismo” e existem diversos exemplos onde se destaca a democracia e não existiam os *media*, assim como em muitos eventos históricos os *media* tinham um papel importante e não havia um governo democrático; podendo citar como exemplo o “Chile dos anos 70 e 80 e a Espanha de Franco” conforme mostra Ferreira. Contudo, no último século estes dois contextos são quase que interdependes, “os próprios jornalistas passaram a reivindicar a importância crucial do seu trabalho para o bem comum – a importância da liberdade de expressão em sociedades que se reivindicavam como sociedades liberais mostrava como óbvia a importância do jornalismo para a democracia” (Ferreira, 2017, p. 81 e 82).

Por muitas décadas a concordância entre os grandes *media* e a democracia vem sendo discutida, o que se faz obrigatório relembrar a importância da Primeira Emenda norte-americana, que coloca que os valores reservados a imprensa são:

*“1) proporcionar um fórum para a discussão de ideias muitas vezes contraditórias; 2) dar voz à opinião pública; 3) ser os olhos e os ouvidos dos cidadãos para avaliar a cena política e o desempenho dos políticos; 4) agir como “vigilante” que avisa quando detecta sinais de mau comportamento, corrupção e abuso nos corredores do poder” (Blumer & Gurevitch, 1995) citado por (Ferreira, 2017, p. 81).*

Que termina com uma conclusão importante de Ferreira ao dizer que estas expectativas ali citadas são baseadas num modelo de que a democracia ideal equivale à democracia participativa, “em que os cidadãos bem informados jogam um papel activo em termos de decisão política” (Ferreira, 2017, p. 81). E para isso vale ressaltar também, as necessidades e deveres do jornalismo frente a estes direitos, conforme explica Escobar que “a existência de uma imprensa livre, pluralista e independente pode ser considerada condição primordial para a existência e manutenção de um regime político democrático” (Escobar, 2016, p. 6). Trazendo assim um paradigma para o jornalismo como um todo.

A mudança de paradigma se mostra necessária, por motivos muito mais fundamentais e práticos, tendo em vista essa análise, Bruns cita que os avanços no âmbito da tecnologia e também as mudanças geográficas através do capitalismo, significam que a publicação de jornais principalmente “está perdendo sua base económica na maioria das nações desenvolvidas, onde as audiências existentes mudam para as plataformas online” (Bruns, 2014, p. 234), e com isso Bruns faz uma advertência, que as audiências tendem a migrar para as plataformas online, onde a notícia é além de diversificada e rápida (ao alcance de um clique ou um “googler”), é “grátis” e completa que “os modelos de negocio das notícias online exigem também novas abordagens” (Bruns, 2014, p. 234). Para Bruns fica claro que o publico acostumado com notícias gratuitas e de diversas fontes, dificilmente alteraria sua “dieta” diária de notícias grátis por um jornal impresso ou fontes eletrónicas pagas.

Contudo atualmente é visível uma forte tendência para o consumo de informações pagas, ou até assinaturas de fontes eletrónicas. Escolar defende que neste ponto, é onde está a independência e este modelo é o que vai ser, mais cedo ou mais tarde, o que vão adotar todos os meios de comunicação de qualidade da imprensa escrita. E usa o exemplo do jornal onde ele é diretor (eldiario.es), onde 40% do facturamento total do jornal é proveniente de assinatura dos leitores, e Escolar afirma que “isso demonstra que se pode confiar nos leitores para que paguem, sempre quando o que se dá em troca seja um jornalismo que se valha a pena pagar”, Escolar também acredita que este modelo é o único que resta caso a imprensa queira mesmo garantir que não se cometam abusos, que se fiscalize o poder e que a democracia seja defendida. E termina apontando que no futuro vão restar dois tipos de imprensa escrita (como segundo ele já acontece nos EUA), uma que se financia somente com publicidade, e que “seja cada vez mais tendenciosa, menos confiável, mais sensacionalista e de pior qualidade porque terá que gerar cada vez mais páginas visualizadas para manter o lucro” e a outra imprensa em contra partida que “vai viver dos leitores” (Escolar, 2019).

A internet se mostra cada vez mais um espaço democrático deliberativo, conforme afirma Lopes a temática das redes sociais como ferramentas de mobilização política da sociedade “vem despertando o interesse e o debate nos *media*, na academia e no público de forma geral” (Lopes, 2013, p. 792). Já na visão de Tufte, essa deliberação é ponto chave da discussão, já que mobilizações sociais importantes que ocorrem fora das arenas institucionais e formais estão gerando processos não vistos antes de deliberação, crítica social e política, ação coletiva e mudança social (Tufte, 2014, p. 64). E termino com Silva informa um importante dado para exemplificar:

*“Em uma recente pesquisa Datafolha, feita em parceria com a agência de publicidade Box, 71% dos entrevistados afirmaram ser possível fazer política sem intermediários, apenas por meio da internet. A tendência não é exclusividade brasileira, como se pôde observar nas manifestações convocadas por redes sociais que derrubaram ditadores do mundo árabe e paralisaram cidades na*

*Espanha e em outras nações europeias. (CARTA CAPITAL, 2011, p. 24)” citado em (Silva, 2011, p. 25)*

Tufte também defende que a Comunicação para o desenvolvimento e a transformação social tem um reto a ser traçado, e existem quatro grandes pilares que sustentam essa afirmação: Primeiro que o surgimento dos considerados ‘novos movimentos sociais’ sejam como um desafio às estruturas de poder na sociedade. Essa nova geração de movimentos sociais parecem também se voltar para articular questões e levantar demandas altamente relevantes para o emprego, renda, moradia, alimentação e educação; O segundo se baseia no desenvolvimento da internet e da telefonia móvel, no sentido do acesso a informação; E contudo o terceiro defende que as ONGs tem representado um papel importante nas mudanças sociais, isso está levando a novas relações de poder nos processos de governo. E o quarto por fim que a globalização pós segunda-guerra mundial, e a economia política da chamada ‘indústria de desenvolvimento’ que traz diversas mudanças crônicas no mundo todo. E conclui que estes quatro pilares baseados numa nova geração de movimentos sociais, com o desenvolvimento da tecnologia e das redes sociais em conjunto com a forte expansão da sociedade civil “estão definindo novos contextos, atores e dinâmicas dentro dos quais temos que redefinir a disciplina e a prática da Comunicação para o desenvolvimento e a transformação social” (Tufte, 2014, p. 68 e 69).

Porém, em contra partida, na perspetiva de Bruns, não se imagina a cooperação ou a reorganização dos agentes cidadãos da notícia com o jornalismo profissional “através de esforços estratégicos e bem planeados de inovação” (Bruns, 2014, p. 237), muito pelo contrário, atualmente existe um grande distanciamento entre as partes, este impacto é visível nas redes sociais, que cada vez mais apresentam notícias, compartilham, debatem e as vezes desacreditam em questão de segundos. Isso acaba dificultando que um canal de notícias reivindique a propriedade de uma matéria ou mantenha uma agenda, causando um caos no controle de qualquer organização tradicional, tendo em conta a quantidade de interações entre jornalistas, utilizadores e atores públicos, tudo isso em tempo real.

Vale lembrar que praticamente todas as matérias noticiosas importantes em primeira mão publicadas em 2010 e 2011 “foram impulsionadas de maneiras significativas por sua cobertura nos espaços das redes sociais” (Bruns, 2014, p. 237). Essas publicações quase que imediatas, compartilhamentos, discussões, participação e até o descrédito da informação em tempo real, são exemplos reais do que foi descrito acima como *gatewatching*. Para Canavilhas a consequência destes múltiplos canais oferecendo alta concentração de oferta é perceptível na atividade jornalística e como os utilizadores de notícias se comportam, “enquanto os *media* aperfeiçoam formas de distribuição que os diferencie da concorrência e os aproxime da audiência, os leitores procuram processos que lhes permitam triar a avalanche de informação recebida diariamente pela Web” (Canavilhas, 2010, p. 1).

O que é de grande importância para não parar no campo da imaginação, é que segundo Lopes, “Não se pretende supor que as redes sociais sejam o Santo Graal da sociedade contemporânea – longe disso”. Muito pelo contrário, o que se visualiza, porém, é que elas tornam mais eficazes uma mobilização que eclode naturalmente, principalmente no âmbito da realidade social. E afirma Lopes que Não são elas as responsáveis pela revolução, “mas elas se constituem em mais uma ferramenta (ou arma, se preferirmos) de empoderamento da sociedade” (Lopes, 2013, p. 804).

Portanto, Benkler prepondera que qualquer que seja a comparação, deve ser feita entre os efeitos democratizadores da internet com a esfera pública criada pelos *media* de massa, e não com um sonho de como a internet deveria ser adotada há dez anos. E complementa de forma dura “Os meios comerciais de massa que dominaram as esferas públicas de todas as democracias modernas foram estudados exaustivamente, e a vasta literatura a esse respeito mostrou que eles apresentam uma série de fracassos como plataformas para o discurso público” (Benkler, 2015, p. 44).

Segundo Tufte o que se torna visível é que os novos desenvolvimentos dos *media* digitais, de facto, oferecem um novo modelo de comunicação que não é linear, ou seja, de sentido único, muito menos de cima para baixo, ao contrário disso ele é dinâmico, interativo e multidirecional, e abre para múltiplas formas de engajamento cidadão. Tufte afirma que devemos ter cautela ao superestimar o papel dos meios de



comunicação social em articular as mudanças políticas, tendo em vista por exemplo os eventos na Tunísia e no Egito. Segundo ele os usos entusiastas dos meios de comunicação estão no máximo, afirma, “raspando o topo de um iceberg cheio de desemprego, insatisfação, frustração, pobreza e direitos humanos subjugados.” O descontentamento das pessoas com não serem incluídas nos processos de desenvolvimento de seus próprios países, levando em consideração que isso não vem de hoje, está levando a grandes articulações e principalmente atingindo esferas públicas, além de muitas vezes chegando em seu auge nos processos de mudança. O que se torna fundamental para essas discussões, termina Tufte, é uma afirmação renovada da voz que após exclusões históricas das vozes dos cidadãos em muitos processos de desenvolvimento em todo o mundo, já vem sendo desafiados, e 2011 – se referindo às manifestações principalmente da Primavera Árabe- marcam uma profunda mudança neste sentido. (Tufte, 2014, p. 72)

## **NOVOS *MEDIA* E A DEMOCRACIA**



## Fenómenos democráticos

A insatisfação da população é visível pós crise económica de 2008, que foi gerada por meio de uma bolha imobiliária, em virtude do aquecido mercado de imóveis e das baixas taxas de juros que atraía a atenção das pessoas desde 2006 conforme afirma (Drago, Moura, & Marchi, 2017, p. 30), e com isso o aumento da desigualdade foi alarmante, esse sem duvidas foi o principal combustível para todas as revoltas ao redor do mundo. O neoliberalismo aplicado e principalmente divulgado como ciência boa, mostrou sua verdadeira face nos EUA, desencadeando uma das “maiores crises mundiais” (Drago, Moura, & Marchi, 2017, p. 31), que se refletiu na europa e no japão principalmente, porém teve um impacto mundial. Em discurso no G20 financeiro em setembro de 2008, o ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva criticou a "crença cega" na autorregulação dos mercados financeiros, o que para ele resultou na atual crise financeira global:

*"Ela [crise] é consequência da crença cega na capacidade de autorregulação dos mercados e, em grande medida, na falta de controle sobre as atividades de agentes financeiros. Por muitos anos especuladores tiveram lucros excessivos, investindo o dinheiro que não tinham em negócios mirabolantes. Todos estamos pagando por essa aventura", disse Lula em seu discurso (Folha Online, 2008).*

E complementa:

*"Esse sistema ruiu como um castelo de cartas e com ele veio abaixo a fé dogmática no princípio da não intervenção do Estado na economia. Muitos dos que antes abominavam um maior papel do Estado na economia passaram a pedir desesperadamente sua ajuda", disse (Folha Online, 2008).*

Contudo até os principais manuais do Fundo Monetário Internacional (FMI), já aboliram esta prática, conforme artigo publicado por três economistas da instituição, que confirmam o aumento exorbitante na desigualdade através deste modelo económico, assim eles concluem que "os benefícios de algumas políticas que são

uma parte importante da agenda neoliberal parecem ter sido um pouco exagerados", disseram os economistas no artigo, na edição de junho da revista *Finance & Development*. (G1, 2016) E é importante salientar conforme dito em palestra por Ciro Gomes que "O Liberalismo nunca produziu saída para nenhuma sociedade", tanto historicamente quanto empiricamente (Gomes, 2016), e neste mesmo raciocínio Bresser Pereira afirma o mesmo e adiciona mais uma indagação sobre os ativistas de tal liberdade económica, "o neoliberalismo fracassa sistematicamente, mas o problema é que ele é uma espécie de religião para o setor financeiro, para os rentistas e para os economistas orgânicos desse capital rentista" (Pereira, 2017).

Casando a enorme crise económica mundial, iniciada há algum tempo conforme analisado acima, com o clima de mudanças trazido pela Primavera Árabe (que será profundamente abordada nos capítulos a seguir neste artigo), além do empoderamento da sociedade civil através das redes sociais, foi instantânea a onda de ações desencadeadas no que diz respeito a democracia e ações sociais cívicas. As pessoas que já falavam mais abertamente sobre política, se juntavam em pequenos e grandes grupos para discussão do assunto, daí para frente foi somente um passo para as revoluções começarem a aparecer, principalmente nos novos *media*.

No verão europeu a temperatura não subiu somente nos termómetros, o clima nas ruas também estava bem acima da média, com diversos protestos e reivindicações populares, com o povo na rua em gigantes manifestações. O sul da Europa com sua fama mais popular trouxe diversos protestos, na Espanha, em Madri, e especificamente na Praça Puerta Del Sol o movimento denominado Indignados, "que protestavam contra o sistema político, o desemprego e a corrupção no governo" foi "contagando todo o país e o resto do continente, com a bandeira da Democracia Real Já" (Silva, 2011, p. 8) e (Lopes, 2013, p. 794).

Na Grécia, "os trabalhadores foram às ruas contra demissões em massa de funcionários públicos e contra os Planos de Austeridade propostos pelo governo, que visam retirada de direitos." Na Itália, "os protestos se voltaram contra a corrupção no governo." Até nos países considerados mais conservadores o povo foi as ruas, "nos

subúrbios de Londres, jovens pobres e imigrantes incendiaram bairros de periferia por igualdade e trabalho” (Silva, 2011, p. 8).

Nas américas também ocorreram diversos focos de descontentamento da população. Na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos, e mais precisamente em Wall Street no já conhecido coração do sistema financeiro mundial com o movimento Occupy Wall Street onde centenas de pessoas montaram acampamento durante dias, lembrando o momento da famosa praça Tahrir no Egito na Primavera Árabe, e tinham como o objetivo em sua maioria protestar contra o sistema financeiro e ao sistema capitalista. Já na América do Sul, “o Chile há mais de seis meses resiste na luta em defesa de uma educação totalmente pública e gratuita com ocupação de colégios, universidades e passeatas que chegaram a um milhão de pessoas nas ruas” (Silva, 2011, p. 8) e (Lopes, 2013, p. 794), essa defesa pela educação do Chile também denominada como “estudantes enfurecidos” segundo Tufte (Tufte, 2014, p. 65).

No Brasil, a onda de protestos também foi de larga escala, “algumas mobilizações sacudiram diversas cidades do país foram aproximadamente 20 cidades, sendo o de Porto Alegre o maior de todos os atos” (Silva, 2011, p. 8). Este artigo pretende aprofundar o tema dos protestos no Brasil em 2013 de uma forma mais ampla nos capítulos a seguir.

Segundo Silva este flashback é um ponto chave para o entendimento desta realidade, portanto, todas estas mobilizações tiveram algo em comum. “Todas, em certa medida, foram influenciadas pela Primavera Árabe e pela revolução no Egito”. Contudo Silva mostra também que todas essas mobilizações passaram pela Internet e tiveram as Redes Sociais como importantes aliadas, e afirma que “certamente, a nova geração nascida pós 1989, acompanha sua primeira revolução através das novas tecnologias, em tempo real e compartilhando através do Facebook.” E conclui que, frente ao exposto, ele entende que o mundo passa por profundas transformações sociais e políticas, “pois alteram não só as relações humanas e culturais, mas modificam o sistema vigente de países” (Silva, 2011, p. 8).

## Primavera Árabe

A primeira onda de manifestações deste género, com mais efeito e repercussão fica evidente que foi a Primavera Árabe que “é, sem dúvida, o mais emblemático” (Lopes, 2013, p. 798), no qual uma sequência de protestos, revoltas e revoluções populares contra os governos do mundo árabe eclodiu em 2011 e como cita Lopes, todos foram pegos desprevenidos:

*“Tais acontecimentos no Mundo Árabe surpreenderam, chocaram e impressionaram pessoas de todo o mundo. [...] Diplomatas e analistas de política externa ficaram surpresos e estupefatos. Ninguém antecipou a velocidade e a escala da mudança na região. Ninguém intuiu, previu ou imaginou tais acontecimentos (Puddephat, 2011, p. 19)” citado em (Lopes, 2013, p. 794).*

A raiz dos protestos é vista como o agravamento da situação dos países do mundo árabe, provocado por um reflexo da crise económica e principalmente pela falta de democracia. A população sofria com as elevadas taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos e pedia melhores condições de vida. Segundo Silva, para entendermos o processo histórico e as consequências que levaram a revolução no Egito, precisamos olhar anteriormente para a crise económica mundial iniciada em 2007, pois segundo Silva foi na sua “esteira que poderosas revoluções democráticas e populares varreram o norte da África posteriormente.” Com isso, em sua consequência acompanham as demandas de trabalho e salários que se combinaram com a luta social e extrapolaram exigências pontuais propostas anteriormente. E Silva complementa que, o seguinte passo foi a população que “passou a exigir democracia no mundo árabe” (Silva, 2011, p. 31). Porém, desta vez as armas dos ativistas não foram armas comuns, e nem bombas, foram a internet e o telemóvel.

O Mundo Árabe em sua maioria era coberto por ditaduras autocráticas, embora segundo Lopes haja um maior ou menor grau de garantias individuais, dependendo de cada país, porém, “em nenhum deles se permite a plena liberdade de imprensa ou de expressão”, isso dificultava ainda mais o processo de informação da população, através da censura o governo obtinha o monopólio dos *media* e a alternativa

encontrada pelos manifestantes para expressar suas demandas, foi através do estabelecimento de novas agendas, que além de despertar o interesse do público também se propunham a apresentar diversas indagações (Lopes, 2013, p. 794 e 799).

É muito importante lembrar o papel das redes sociais nestas manifestações, já que esse foi o pilar principal que sustentou a propagação da informação entre os indivíduos, que segundo Lopes, estas redes além de ter um forte protagonismo, “semearam a palavra democrática nos ventos da história” (Bénildes, 2011, p. 37)” citado em (Lopes, 2013, p. 796), e da internet. Neste contexto, essas ferramentas foram de extrema utilidade nesta batalha do mundo árabe, e estabeleceram um canal alternativo de notícias que, afirma Lopes, passaram a pautar os *media* convencionais, sobretudo os *media* internacionais, “que as utilizou como fonte, tanto para realizar a apuração dos fatos em primeira mão quanto na tentativa de furar os bloqueios e a contrainformação dos *media* oficiais” (Lopes, 2013, p. 796).

Silva também cita uma importante noção disso, ao mencionar o ‘ciberativismo’, que por definição, nada mais é, que o ativismo virtual, onde os protagonistas utilizam as redes sociais como meio de ativismo mais propriamente político, menciona ele:

*“Apesar de parecer muito simples, e de depender apenas de um clique, o ciberativismo - que nasce com a entrada de ativistas na rede -, vem com uma proposta de conscientização através da internet. Na maioria dos casos uma movimentação que começa na internet e acaba nas ruas. E para isso não basta apenas o ciberativista, mas o ativista “real” também. (SANTOS, 2011, p. 3)” citado em (Silva, 2011, p. 40).*

A seguir haverá o escrutínio dos acontecimentos das principais fontes da Primavera Árabe, apontando a participação dos novos atores, ou seja, os novos *media*, no movimento do ativismo cívico.



## Tunísia

Tudo começa com a alta repressão do governo na Tunísia durante anos de um governo ditatorial e o estopim foi o ato desesperado de um jovem vendedor de frutas que ateou fogo ao próprio corpo em um protesto contra essa opressão. A autoimolação de Mohamed Buazizi, que havia tido seu carrinho e suas mercadorias confiscadas pela polícia em 17 de dezembro de 2010 na localidade de Sidi Buzid – aproximadamente 200km da capital - desencadeou uma revolta popular que forçou o ditador Zin el Abidin Ben Ali a fugir do país. Foi a primeira de uma série de revoluções que varreria uma dúzia de nações nos meses seguintes (Sanz, 2017).

Para compreender melhor o contexto do mundo árabe anterior ao evento da Primavera Árabe, Rodríguez afirma que se julga necessário um exercício de reflexão e entendimento, portanto, “cada país árabe tem suas peculiaridades, e por isso não seria correto atribuir a todos os movimentos populares as mesmas causas” (Rodríguez, 2012, p. 13). Contudo, a maioria desses países viviam por muitos anos uma ditadura muito rígida, coberta de corrupção, censuras, mortes e torturas, além de uma grande desigualdade social e económica. Esses elementos somados, os assimilava de forma contextual, e Rodríguez complementa:

*“Nos últimos anos suas economias haviam experimentado uma transformação. Se abriram a liberação de seus mercados, reduziram os investimentos públicos e as ajudas sociais e impulsionaram as privatizações das empresas públicas. Estas políticas não fizeram mais que beneficiar uma elite frente aos mais desfavorecidos, que já eram afetados pelo grande recorte dos serviços públicos e pelas privatizações. Em todos eles havia aumentado o desemprego, a pobreza e as desigualdades agravadas pela crise económica de 2008.” (Rodríguez, 2012, p. 13)*

No passado, esse evento seria abafado e censurado em jornais e televisões locais, pessoas sem direitos civis estavam prestes a definir o futuro a seu favor. Rodríguez afirma que “o dia 17 de dezembro de 2010, aparentemente um evento isolado pulsou o interruptor da mudança na Tunísia” (Rodríguez, 2012, p. 219). Nesta data um

vendedor de frutas chamado Mohamed Buazizi que sustentava sua família através desta prática, em um dia comum de trabalho, monta sua barraca próximo a mesquita central, que por anos a polícia atormentava a todos os comerciantes, pedindo propina e suborno, além de chamar o seu trabalho de “desordem pública”.

Contudo neste dia Mohamed Buazizi não tinha o dinheiro reservado para o suborno dos policiais, suborno este, que já se via comum no dia-a-dia dos vendedores ambulantes de Sidi Buzid, e os policiais corruptos resolvem confiscar seus produtos perante o não pagamento da propina, o que gera um pequeno tumulto das pessoas que passavam pelo local, incitados pelos policiais as pessoas cospem, agredem com palavras o vendedor de frutas, além de agressões físicas por parte da polícia. Humilhado e sem seus produtos, Mohamed Buazizi vai até a prefeitura da cidade reclamar sobre os acontecimentos e principalmente da agressão sofrida, e simplesmente não foi ouvido, sequer abriram a porta para ele. Frente a toda essa humilhação e sem nenhum respaldo dos órgãos públicos, Mohamed em uma atitude de desespero vai até um posto de gasolina, compra um pouco de gasolina e volta a frente da prefeitura que não o atendeu, e prende fogo em si próprio, Rodríguez comenta que “não foi a primeira pessoa a atear fogo em si mesmo na Tunísia e nem seria a última. Mas a sua ação provou a ira de centenas de pessoas que saíram a rua naquela mesma tarde” (Rodríguez, 2012, p. 219).

A notícia correu a pequena cidade de Sidi Buzid, seus amigos e parentes próximos alegam que Mohamed se queimou por não ter emprego, dinheiro nem perspectiva. No dia seguinte centenas de pessoas se reuniram em frente a prefeitura – local onde Mohamed tinha se queimado – para protestar, pessoas que como ele lutavam para sobreviver e achavam que o governo não os ouvia. Essas pessoas clamavam em frente a prefeitura com um “grito de guerra” que segundo Rodríguez dizia: “Sacrificaremos nossas vidas por você, Mohamed”, e “o protesto seguiu até que a polícia chegou com bastões e gases lacrimogêneos para dispersar” (Rodríguez, 2012, p. 220).

Quase não havia protestos na Tunísia até aquele dia, porém este dia, diferente dos outros, todos tinham uma importante ferramenta no bolso; um telemóvel com

internet e uma rede social instalada. Ryad Mint, gerente de redes sociais da Al Jazeera, afirma que:

*“No início das revoltas não tínhamos ninguém na Tunísia, porque não estava permitida nossa presença ali. Realmente podíamos somente contar com os cidadãos, que estavam subindo vídeos e fotos nas redes. Nós amplificamos suas vozes. Foi crucial para a nossa cobertura. E frente ao futuro pretendemos reforçá-lo. As pessoas têm as ferramentas para publicar e estão publicando (Mint, 2011, El País)” citado em (Lopes, 2013, p. 803).*

Segundo Rodríguez apesar da raridade dos eventos, que até aquele momento, não havia precedentes de nada semelhante, com tamanha expressão referente a revolução social, os *media* convencionais da Tunísia não mostraram e nem noticiaram nada. É importante lembrar, que o governo da época sob o poder de Zin el Abidin Ben Ali, a imprensa era mantida sob censura do poder local. Rodríguez conta que um vídeo que Alí Bouzizi – “um analista político e primo de Mohamed Bouzizi” – gravou e compartilhou em sua página da rede social Facebook, foi retransmitido pelo canal Al Jazeera por toda a tarde em seu boletim informativo, desse modo foi possível que milhões de pessoas, não só na Tunísia, senão em todo mundo árabe, puderam saber que um jovem de uma localidade remota do país havia se queimado, desesperado frente os abusos e a impunidade das autoridades, e que milhares de pessoas saíram as ruas para solidarizar com ele, e mostrar sua indignação com a corrupção governamental (Rodríguez, 2012, p. 219 e 220). Esse foi o início de um grande confronto entre a sociedade civil e o governo.

Como a imprensa era censurada e o governo não apoiava o povo, os manifestantes resolveram fazer algo por eles mesmos, e começaram a filmar através de seus telemóveis e veicular pelas redes sociais todos os acontecimentos das manifestações. E Rodriguez relembra que, “em Sidi Buzid não havia meios de comunicação internacionais, e os nacionais estavam sujeitos a censura e a propagando do regime” (Rodríguez, 2012, p. 220). Porém como forma maior de repressão a liberdade, a polícia local começou a prender quem filmava ou noticiava os eventos via redes sociais. Contudo a resposta da população organizada foi rápida, decidiram colocar pessoas em vários pontos das manifestações filmando de diversos ângulos, assim a

polícia não conseguiria deter todos os objetos de veiculação. Eles sabiam muito bem como divulgar estes acontecimentos, as lideranças do movimento mantinham orientados os manifestantes regularmente, o Facebook foi a principal ferramenta usada nas manifestações iniciais, a Tunísia naquele instante tinha 2 milhões de utilizadores desta rede social, este número representa 1/5 de toda sua população.

Porém Rodríguez atenta para que enquanto o governante da época, Ben Ali, censurava sites políticos, ele pouco se preocupava com as redes sociais, que em seu pensamento era usado somente para diversão, entretenimento e relacionamentos. E acaba por concluir que “somente rompendo a censura através do jornalismo cidadão foi possível divulgar o que ocorria nos lugares onde eclodiram as revoltas, longe da capital, onde residem os correspondentes estrangeiros” (Rodríguez, 2012, p. 221).

No dia 4 de janeiro de 2011, falece Mohamed Buazizi devido a complicações causadas pelas fortes queimaduras em seu corpo, o que desencadeou diversas passeatas com motivo do seu funeral, além de diversos protestos. No dia seguinte, advogados protagonizaram uma greve que juntaria segundo Rodríguez “95% de todos os letrados do país” (Rodríguez, 2012, p. 222) que protestavam contra a violência policial desprendida aos diversos companheiros que acompanhavam a greve.

A capital Tunes ficou sabendo via redes sociais o que acontecia em Sidi Buzid, a facilidade promovida pelo avanço tecnológico e a inclusão digital fez com que ¼ dos lares da Tunísia estivesse equipado com banda larga, e 90% da população possuía telemóveis. Somadas essas características, a informação passou a se dissipar rapidamente. Slim Amamou era um ativista da capital Tunes, que através da sua conta do Twitter com o nome “Slim404” fazia a propagação destas imagens tanto para a capital Tunes, quanto para o mundo, mantendo todos informados do que acontecia e do que a censura bloqueava. Manifestações semelhantes começaram a ocorrer em diversas cidades próximas à Sidi Buzid, e as redes sociais se infestaram com uma avalanche de vídeos e fotos de todos os protestos, Rodríguez lembra que “começaram a chegar imagens de todas as partes, de Sidi Buzid, de Talah, de outras

localidades. Todo mundo começou a atuar como repórter” (Rodríguez, 2012, p. 221) dizia Slim404 em sua conta no Facebook.

O governo tentou diversas medidas ditatoriais para enfrentamento do poder cívico, inclusive o regime lançou uma campanha de detenções contra ativistas, manifestantes e blogueiros. O governo também aumentou suas medidas de repressão contra os participantes dos protestos e fechou centenas de páginas na internet. No dia 6 de janeiro de 2011 o ativista Slim Amamou da página “Slim404” foi preso pelas autoridades policiais, alegando perturbação da ordem pública, entre ele diversos outros ativistas foram procurados, presos e alguns ameaçados e torturados. No dia 8 de janeiro de 2011 a polícia subiu o tom do ataque aos protestos, abrindo fogo aos manifestantes de Talah, Kasserina, Feriana, Meknassi e Reguab, cidades que estavam em fervorosos protestos, Rodríguez conta que “as fontes oficiais contabilizaram 27 mortos, mas os ativistas e sindicatos aumentaram a cifra para mais de 50” (Rodríguez, 2012, p. 222 e 223).

Após a propagação nas redes sociais ficarem expressivas, e enquanto os *media* locais ainda ignoravam os protestos. E os jornalistas estrangeiros eram expulsos, presos ou impossibilitados de realizar seu trabalho, segundo Lopes os novos *media* “assumiram o papel de fontes de informação e notícia, abastecidas pelos próprios cidadãos, e furaram o bloqueio imposto pelos canais tradicionais de comunicação” (Lopes, 2013, p. 799). Então Tunes decidiu se organizar a favor da causa, e foi neste ponto onde tudo começou de verdade. A praça Mohammed Ali no centro de Tunes foi a primeira manifestação da capital, que contou com milhares de pessoas, totalmente organizadas através dos novos *media* e a organização da sociedade civil, este evento foi transmitido através dos aplicativos. A coordenação de quais caminhos estavam bloqueados pela polícia ou onde havia confrontos, eram feitos através de postagens no Twitter, toda a Tunísia e o mundo viam em tempo real tudo o que se passava na capital Tunes.

O governo de Ben Ali, deu ordens para a polícia atirar para matar e acabar com as manifestações, em pouco tempo mais de 150 pessoas estavam mortas, porém tudo estava sendo publicado nas redes sociais, quanto mais as pessoas viam a barbaridade

feita pela policia e a atitude autoritária do governo, mais pessoas se juntavam à causa. Então chega um momento em que era tarde demais, as manifestações tomaram conta de toda a Tunísia. Poucos dias depois do estopim que ocorreu em Sidi Buzid e as manifestações ganhando cada vez mais força em todo o país, o líder Ben Ali foi obrigado a deixar o país, e seu cargo, Rodríguez que participou ativamente na Tunísia deste processo conta que “na manhã do dia 14, o advogado e ativista Abdul Nasser Uani recebia um telefonema com a notícia que Bem Ali abandonava o país em um avião privado com destino a Arabia Saudita” (Rodríguez, 2012, p. 225).

Zin el Abidin Ben Ali governou a Tunísia por 24 anos, e demorou pouco mais de um mês após o primeiro protesto para renunciar o seu cargo no governo, os países do mundo árabe viram abismados tal proeza realizada na Tunísia. E naquele momento, foi acesa uma luz no final do túnel, finalmente uma gota de esperança em um oceano de autocracia. Silva afirma que com a queda de Bem Ali, na Tunísia, muitos grupos acreditaram ser a grande oportunidade de iniciar manifestações. Ele recorda que nas redes sociais e principalmente “através do Facebook, passam a convocar protestos” (Silva, 2011, p. 36). E foi no Egito onde a onda de protestos da Tunísia mais fez efeito, e seria ali o palco para mais uma conquista da Primavera Árabe. No Cairo muitos ativistas assistiram estasiados aquele feito histórico, e foi um momento decisivo, como uma luz que se acendera no fim do túnel. Encorajados com os protestos, os ativistas do Egito também organizaram seus protestos usando suas páginas nas redes sociais.

## **Egito**

O Egito tem a maior capital da Africa, o Cairo é a maior cidade árabe, chegando a mais de 20 milhões de habitantes, porém os dados sociais são avassaladores, Rodríguez informa os números que representam esta fatalidade, sendo que “30% dos egípcios vivem em casas de um só quarto em subúrbios carentes dos serviços mais básicos”, com o salario mínimo em menos de 100 dólares e o custo de vida disparado que cresceu 75% entre 1995 e 2005 segundo o programa mundial de alimentos, era uma tarefa difícil viver dignamente nestas condições afirma Rodríguez, e aos poucos

os egípcios se viam empurrados para a linha da pobreza, Rodríguez ainda confirma assim que “40% dos egípcios estavam a beira do limiar da pobreza”. Era visível a crescente revolta da população diante do governo, que cada vez enriquecia mais e o povo cada vez mais se sentia desamparado, esse foi um dos gatilhos principais para o início da revolução. Os protestos foram uma resposta da repressão política que oprimia o povo egípcio há anos, mas também lembra Rodríguez que “se enquadram também no contexto da globalização internacional, que trouxe com ela um crescimento espetacular das desigualdades económicas e sociais” (Rodríguez, 2012, p. 20 e 21).

Contudo Silva no mesmo contexto cita uma importante passagem de um trecho de uma entrevista realizada com Amr Abdulah, uma das principais lideranças na Praça Tahrir, e ilustra o que acontecia no Egito naquele momento:

*“Nesses últimos anos, as pessoas passaram a sofrer mais. Fred, você pode imaginar uma pessoa vivendo com 150 libras egípcias por mês? Isso dá menos de 30 centavos de dólares por dia. Em nosso país, temos mais de metade da população abaixo da linha da pobreza. Você imagina todos os dias ouvindo seu filho: “pai, eu estou com fome”. (REVISTA SOCIALISMO & LIBERDADE, 2011, p. 17)” citado em (Silva, 2011, p. 33)*

Hosni Mubarak era o governante do Egito, como seus antecessores prosseguiu com o regime militar em seu governo para permanecer no poder, porém neste país havia uma peculiaridade que os outros da Primavera Árabe não tinham; o ocidente e principalmente os EUA contavam com Mubarak para manter a paz com Israel e a sua cooperação na guerra contra o terrorismo.

O governo de Barack Obama era o que mais apoiava o regime de Mubarak, mais que o governo Bush inclusive afirma Rodríguez, Obama apoiou muitas instituições ligadas ao governo e falava de Mubarak como um homem de paz e de democracia, e essa visão obviamente não era compartilhada pelos egípcios. Rodríguez relembra uma das medidas do governo de Mubarak para satisfazer as vontades dos EUA; O Egito de Mubarak manteve controlada –e fechada sempre que Tel Aviv requereu- a fronteira com a faixa de Gaza, atuou como elemento de pressão contra o programa de

energia nuclear do Irã e cooperou com o isolamento da organização palestina Hamás (Rodríguez, 2012, p. 41). Entre outras coisas, para fortalecimento da relação entre os países.

A reação dos EUA foi fundamental para o desfecho da história do Egito na Primavera Árabe, ou pelo menos por uma parte dela, um exemplo foi a secretaria de estado da época, Hillary Clinton, que era defensora da liberdade na internet e encorajava o ativismo digital no mundo todo, porém naquele momento que os interesses do EUA estavam em jogo ela volta atrás na sua posição política, criticando os ativistas do mundo árabe, veja só, a nação que alegava ser a maior incentivadora da democracia, preferiu se focar em seus próprios interesses pragmáticos e foi contra a onda da Primavera Árabe no primeiro momento.

Dia 25 de janeiro algo de muito grande aconteceu no Egito, e Rodríguez cita que “é provável que ninguém no país intuísse que dia 25 de janeiro iria se converter numa data histórica.” A Primavera Árabe chega no Egito oficialmente e 40 mil egípcios se reuniram na praça central do Cairo, “partiram passeatas de diversos bairros, alguns pobres, como os de Shubra ou Imbaba, outros de classe média, como Mohandisin ou Giza, e todas elas se encontrariam em Tahrir, a praça da libertação.” Conta Rodríguez. A manifestação foi um sucesso, foi um protesto pacífico, mesmo com a tropa de choque oprimindo de forma intensa os manifestantes, eles permaneceram firmes e não se intimidaram. Rodríguez que acompanhava o evento na praça, ilustra o sentimento que pairava neste grande dia, “Tahrir vibrada com dezenas de milhares de egípcios bradando lemas pela liberdade, pela democracia e pela dignidade” (Rodríguez, 2012, pp. 92,93 e 95).

A maioria dos meios de comunicação egípcios silenciaram o êxito dos protestos, mas a realidade foi diferente. Contudo, milhares de pessoas viram através da internet primeiro, e depois pela rede de televisão por satélite Al Jazeera, o caráter inumerável das manifestações. Portanto, Lopes no mesmo sentido também confirma dizendo que, as redes sociais novamente fizeram parte da construção da revolução, assumindo assim um “papel de garantidores da liberdade de expressão, liberdade de informação e, até mesmo, da liberdade de imprensa” (Lopes, 2013, p. 800) .



Em resposta desesperada a este acontecimento, o governo começa a fazer diversas prisões de ativistas blogueiros para tentar cessar a onda de manifestações, além de intimidação e até tortura. No dia 27 de janeiro o ator egípcio Ali Sobhy publica a seguinte mensagem nas redes sociais:

*“«Descobri que a qualquer momento posso ser acertado com uma bala na cabeça ou golpeado até a morte, por isso decidi escrever meu testamento».*

*E adicionou: «Nunca imaginei que sairia as ruas sabendo que podia ser assassinado a qualquer momento».” (Rodríguez, 2012, p. 103)*

Nesta mesma tarde o governo toma uma medida drástica, e corta as linhas telefónicas de telemóveis e internet de todo o país, até uma operadora de telefonia inglesa que prestava serviços no Egito foi obrigada a interromper as ligações, alegando que por lei o governo teria este direito. “Pouco importou” exclama (Rodríguez, 2012, p. 103), a população continuou a dissipar as informações via meios tradicionais, como o ‘boca a boca’ nos dias consecutivos. O governo de Mubarak resolve lançar um discurso em rede nacional “Eu não vou hesitar em tomar medidas que garantam a segurança e proteção do meu povo. Defenderei até o fi a estabilidade do Egito.” Dizia ele, e por trás da retórica dura, seu rosto expressava um medo evidente. Após o discurso, o presidente dos EUA Barack Obama, revela que ligou a Mubarak para dar orientações sobre quais ações tomar. Mas nas ruas o povo não absorveu o discurso de Mubarak e as manifestações continuaram.

O corte nas redes móveis no Egito fez com que a população se indignasse, mesmo quem não se importasse com a pauta defendida pelos menos favorecidos, o apreço pela rede móvel e internet era muito grande, e Rodríguez afirma que “havia gente que não se importava com a pobreza do país, mas sim que cortassem a internet, se isso servira para que se unissem a revolução, bem vindos seriam”. As pressões exteriores eram grandes, neste mesmo dia o vice-presidente dos EUA fez uma declaração dizendo que o presidente Hosni Mubarak “não deveria abandonar o poder, recordou que o presidente do Egito era um aliado dos EUA em uma série de assuntos e elogiou por ser muito responsável nas relações com a normalização das relações com Israel.” A arábia saudita e Israel também se pronunciaram contra as

manifestações do Egito, e por fim a revista *Time* publicou um artigo que dizia “Não creio que seja um momento oportuno para a região árabe entre em um processo democrático” (Rodríguez, 2012, p. 104).

As manifestações continuaram, as redes sociais continuavam a ter repercussão na Primavera Árabe fora do Egito, lembrando que; as redes móveis permaneceram desligadas por ordem do governo, no que para a jornalista francesa Marie Bénilde “se hoje a informação pode contornar a censura, escapar de qualquer contingência e ser amplamente divulgada, é graças à internet e aos espaços de compartilhamento constituídos pelas redes sociais” citado em (Lopes, 2013, p. 799).

O dia 28 de janeiro foi marcado através do nome sexta-feira da ira, as mesquitas serviram de ponto de encontro para o início das manifestações, segundo Rodríguez “os templos estavam cheios de muçulmanos, cristãos e não praticantes. Muitos rezavam, outros não.” A manifestação tomou proporções extraordinárias em números o que conseguiu através de muito custo, atravessar as barreiras da tropa de choque na ponte de Galaa, o confronto foi longo e sangrento. Uma das imagens que circulou nas redes sociais e foi replicada através dos *media* tradicionais, foi o vídeo de um manifestante que da sacada de um hotel flagrou um caminhão policial lançando jatos de água em manifestantes que rezavam ajoelhados, “Aquilo me comoveu e pensei que o mesmo aconteceu com muitos egípcios. E assim aconteceu. Atacar no meio da oração, quem faria isso?” diz uma manifestante segundo Rodríguez.

O que já estava ruim, ao entardecer ficou pior, Rodríguez relembra que “as forças policiais começaram a disparar com munição real” as cenas ficaram fortes e parecia um cenário de guerra, “em alguns pontos o asfalto se tingiu de vermelho, pelo sangue dos jovens que compunham a linha de frente.” Após muitas horas de intensos conflitos, os manifestantes conseguiram chegar a praça Tahrir no centro do Cairo, um manifestante conta emocionado: “Comecei a chorar, olhei ao redor, vi outros chorando como eu e começamos a rir e nos abraçamos uns aos outros, e ninguém se conhecia.” Felizmente de madrugada a situação se acalmou na praça Tahrir, pelo menos aparentemente, “porém houve centenas de pessoas que não voltaram para suas casas. Dezenas foram presas. Outras tiveram seu paradeiro desconhecido durante

semanas, fechados em prisões secretas. Alguns não voltaram nunca” (Rodríguez, 2012, pp. 105, 107, 108 e 112).

No dia 29 de janeiro foi apresentado um dia de trégua, porém não durou muito tempo, o governo queria efetivar um ataque para conter a extensão que as manifestações tomaram, e logo o dia que estava tranquilo se tornou “em uma das jornadas mais sangrentas das revoltas” (Rodríguez, 2012, p. 112). A polícia havia colocado franco atiradores nas torres e nos telhados do ministério do interior, as imagens que foram conseguidas através dos manifestantes rodaram o mundo, “A batalha foi muito perigosa, implacável. Lembro a quantidade de sangue que havia no chão” dizia o manifestante Karim el-Behery. Nesta mesma noite aviões do exército voavam baixo na praça Tahrir com um barulho ensurdecedor, para tentar amedrontar os manifestantes, porém eles seguiram firmes e bradavam, o que Rodríguez afirma ser a frase que mais ouviu no Egito em 2011, que foi, “Agora nos sentimos vivos, agora me sinto vivo”, que gritavam egípcios e egípcias por toda parte, e conclui, “quem sabe por isso em Tahrir gritavam frequentemente «Eu morro hoje»” (Rodríguez, 2012, p. 113 e 114) título este que foi dado ao seu livro.

Desde o dia 30 de janeiro até o famoso dia 12 de fevereiro, os manifestantes montaram acampamento na praça Tahrir, Rodríguez conta que este acampamento improvisado foi “batizado como a Cidade da Liberdade ou A república de Tahrir”. Porém os ataques, toda repressão e tentativas de dispersão organizadas por ordens do governo não pararam. Rodríguez afirma que “as cifras oficiais terminariam admitindo que só nos 18 dias que duraram os protestos até a queda de Mubarak, morreram 846 pessoas e 6.000 ficaram feridas” (Rodríguez, 2012, p. 116).

Contudo Silva cita como foi feita tal atrocidade, ele afirma que o líder Mubarak liberou presos comuns e pagou policiais à paisana, fato denunciado em diversos canais de televisão na época, para atacarem os manifestantes. Reforça Silva, que “aqueles utilizavam cavalos, coquetéis molotov e armas automáticas” (Silva, 2011, p. 37). Para tentar enfraquecer as manifestações o governo lança outro comunicado para criminalizar os manifestantes através dos *media* tradicionais.

Rodríguez retrata que, as *fake news* disseminadas pela TV dominada por Mubarak, “através da televisão publica as pessoas de Tahrir foram acusadas de «infiltrados à serviço do serviço secreto estrangeiro», «pessoas interessadas em minar a estabilidade do país» e «homens e mulheres que desrespeitam o toque de recolher e dormem juntos».” O governo inclusive acusou falsamente os manifestantes de se alimentarem da comida da franquía KFC, para tentar estigmatizar as manifestações com caráter de procedência estrangeira. Para caricaturar a *fake news* do governo, na praça Tahrir, “algumas pessoas procedentes de bairros mais humildes, mostravam sua pequena porção de pão diária e diziam rindo, porém com tristeza: «Olha, sou espião estrangeiro e este é meu KFC».” Assim confirma (Rodríguez, 2012, p. 117).

Após dias de batalhas sangrentas na praça Tahrir, inclusive com a irracional ideia do governo de atirar ácido nos manifestantes, no dia 11 de fevereiro, Silva lembra que “após dezoito dias consecutivos de protesto, milhões de egípcios continuam exigindo a queda de Mubarak.” (Silva, 2011, p. 38) e finalmente Hosni Mubarak é transferido para o balneário Sharm el-Sheij em helicóptero, e Rodríguez afirma que “sem dúvida atrás daquela decisão escondia a aprovação do governo dos EUA.” E finalmente o vice-presidente do governo sai em rede nacional para confirmar, “O presidente Mubarak decidiu renunciar seu cargo de presidente da república.” Diante deste anúncio, um grito de liberdade é bradado na praça Tharir; “Mubarak caiu!!!” (Rodríguez, 2012, p. 128).

Euforia, choro e alegria são os sentimentos mais vistos na praça, finalmente o objetivo foi alcançado, mesmo que com isso estivessem tidas muitas baixas. O dia 12 de fevereiro no Egito foi um dia de esperanças, depois de 30 anos no poder o presidente Hosni Mubarak havia caído, o Egito assim como a Tunísia escrevem sua história na Primavera Árabe e logram a queda de regimes ditatoriais que levavam décadas no poder acumulando riquezas para o bem próprio, é a vitória do povo contra o poder, é a vitória do jornalismo cidadão, e principalmente a vitória da democracia.

Após a queda do regime, os egípcios continuam se esforçando para construir uma nova democracia. E Silva cita que pela primeira vez na história moderna do país,

milhões de cidadãos participaram de um referendo para mudar a constituição vigente na era Mubarak, mesmo após a queda do ditador, “inúmeros protestos continuaram para garantir que as exigências remanescentes da revolução fossem cumpridas, entre elas é o julgamento de Mubarak e dos pilares que faziam parte do seu regime” (Silva, 2011, p. 45).

## **Mundo Árabe**

O mundo árabe observando via internet e televisão os acontecimentos e revoltas da Tunísia e Egito se encheram de grandes esperanças e resolveram ir à luta, assim como afirma Silva, nos países como Argélia, Tunísia, Egito e Líbia, durante protestos contra desemprego e corrupção principalmente, “muitas vezes as Redes Sociais foram a única forma de expressão dos manifestantes” (Silva, 2011, p. 40).

Na Líbia, foi convocada uma manifestação através da internet e das redes sociais no dia 17 de fevereiro com o título de “«O dia da ira»” conforme intitula (Rodríguez, 2012, p. 243), essa passeata se tornou símbolo dos acontecimentos para os Libaneses. As manifestações por reformas na Líbia, que acabaram desencadeando uma cruel guerra civil. Durante a repressão, pelo menos 30 mil cidadãos foram mortos. Kadafi, foragido havia dois meses, foi o primeiro chefe de Estado deposto pelas revoltas da Primavera Árabe que acabou morto. Sanz comenta que o principal aspeto visto após o assassinato de Muamar al Kadafi foi a expressão que as pessoas tinham de alívio. “As ruas se povoaram de bandeiras, de cânticos, de jornais e de discussões impensáveis um ano antes” (Sanz, 2017).

Na Síria, um aspeto que foi objeto de grande dificuldade para proliferação das manifestações, “a oposição política Síria se encontrava ou no exílio, ou encarcerada ou desorganizada.” Afirma (Rodríguez, 2012, p. 273). Além de que diferente de Egito e Tunísia, a Síria não contava com antecedentes revolucionários,

manifestações, greves e etc. Algumas características eram semelhantes ao Mundo Árabe como; uma imposição da liberação do mercado, uma brutal desigualdade e na linha de frente das manifestações havia muitas pessoas de origem humilde. Porém, segundo afirma Sanz “das palavras de ordem gritadas pelas ruas sírias em 2011, a única que se materializou foi a liberdade propiciada pelas redes sociais” (Sanz, 2017).

No Iêmen, cronologicamente, Rodríguez cita que, este pequeno país foi o segundo cenário das revoltas árabes, “imediatamente após os protestos da Tunísia e antes de estourar a revolução egípcia” confirma ela, igual a Tunísia os jovens também pediam a queda do regime, Contudo Sanz percebe que, algo saiu do rumo, e a evolução que o Iêmen apresentava “desembocou em uma guerra civil atizada pelas rivalidades das potências regionais.” Como o Iêmen faz parte do grupo dos países mais pobres do mundo, as manifestações serviram de catapulta para que, a elite do país tratasse de promover seus interesses, além da forte presença e pressão internacional.

Rodríguez na mesma linha, cita que em um artigo publicado no New York Times por uma ativista do movimento, declara que os EUA e a Arabia Saudita apoiavam o governo do Iêmen e usavam suas influencias para que os protestos não tomassem o rumo desejado, e termina afirmando que “Washington interviria no Iêmen motivado pela sua guerra contra o terrorismo e que, contudo, se mostrava indiferente frente aos abusos dos direitos humanos no país árabe e frente as demandas do movimento democrático que surgiu com as revoltas”. E nas ruas segundo Sanz, aquela aliança que parecia improvável de se ver entre “– universitários idealistas, separatistas do Sul, rebeldes houthis do Norte, desprestigiados partidos políticos e ativistas islâmicos tentando pescar alguma sobra – nunca teve outro objetivo comum senão enfrentar as três décadas de poder de Ali Abdullah Saleh.” (Sanz, 2017) e (Rodríguez, 2012, p. 352 e 357).

No Bahrein, um país comparativamente rico em relação ao Mundo Árabe, já há alguns anos organizavam protestos, porém este foi diferente. No dia 14 de fevereiro, milhares de pessoas se reuniram na praça Pérola na capital Manama. Sanz, contudo, observa que a principal fonte para os pedidos dos manifestantes pelo fim da

monarquia, era a dificuldade do governo em dialogar, que resultou na destruição da praça Pérola (Sanz, 2017).

O uso das redes sociais era massivo para divulgar os protestos, principalmente através do Facebook. Segundo afirma Rodríguez, enquanto as pessoas eram atacadas por opinar livremente, houve grupos no país que criticaram os protestos e “lamentaram que tinha sido cancelado o campeonato de F1 do Bahrein” e culpavam os manifestantes da queda no turismo local e das perdas económicas. Um verso de um poema marcante lido por um manifestante de 18 anos em um protesto no Bahrein, e foi divulgado inicialmente pelas redes sociais é destacada por Rodríguez, “Tenho algo que dizer, Hamad, não subestime a fortaleza dos «fracos». Um elefante pode morrer pela picada de uma abelha.” (Rodríguez, 2012, p. 320 e 321).

Na Argélia, as manifestações não conseguiram a queda do presidente Abdelaziz Bouteflika, que estava no poder havia 12 anos, porém foram logradas grandes conquistas democráticas, como a revisão da Constituição em 2016. E ainda no auge da eclosão da Primavera Árabe, o governo autorizou a partir de 2012 uma importante alta nos salários. Segundo Sanz, em consequência disso, o consumo aumentou, e as importações também. Além disso, segundo ele “houve uma política muito generosa em matéria de moradia e crédito para que os jovens fundassem empresas”. Os críticos consideram que Bouteflika conseguiu se sustentar comprando a juventude (Sanz, 2017).

No Marrocos, as manifestações foram um pouco mais brandas, ficando assim apenas na onda de revoltas no mundo árabe. Contudo com este fenómeno, foi possível alcançar por referendo a substituição da constituição, onde desvinculava alguns dos poderes do rei Mohamed VI, o que foi considerado um marco para o país. Mas o desfecho destas atitudes, segundo Sanz, foi que “com o passar dos anos, os protestos foram se apagando, e o poder do monarca se reafirmou. O Movimento 20 de Fevereiro, que promoveu os protestos, está quase extinto” (Sanz, 2017).

Já na Jordânia o governo de Abdullah II soube lidar melhor com as manifestações, propôs um conjunto de reformas, conforme Sanz “denominado Agenda Nacional”,

no qual o monarca compactua com a Irmandade Muçulmana, seu principal grupo de oposição, fazendo assim um pacto com a agenda nacional (Sanz, 2017).

Por fim, no Líbano, como uma exceção na ordem cronológica da Primavera Árabe, já de forma antecipada, em 2005, conforme cita Sanz “o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafik Hariri já desencadeara a chamada Revolução dos Cedros, com imensos protestos que provocaram a retirada das tropas sírias após 29 anos de presença no país.” O que faz o Líbano se dividir em dois blocos denominados xiitas que provém do Hezbollah, e a sunita que corresponde ao filho do ex-primeiro-ministro assassinado, Saad Hariri. Sendo assim o Líbano se vê longe dos acontecimentos da Primavera Árabe (Sanz, 2017).

### **Manifestações no Brasil em 2013**

No Brasil, a onda de protestos de 2013 que também foram muito significativas nesse plano de intervenção dos novos *media* na democracia. Os protestos basearam-se em diversas manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, maioritariamente nas principais capitais. São as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e chegaram a contar com até 84% de simpatia da população (Guedes, 2014). De acordo com a imprensa nacional e internacional, este foi o maior fenômeno de mobilização popular desde as ‘Diretas Já’, ocorridas no início dos anos 90 e que foram referência de um novo Brasil, democrático e politizado. A diferença daquelas manifestações para as atuais consistiu basicamente na forma como a sociedade se utilizou dos *media* disponíveis em seu favor (Almeida, 2013, p. 86).

Em junho de 2013 o Brasil já vivia de forma mais intensa os efeitos da crise econômica (que é internacional e nacional), porém o governo e os *media* convencionais ainda atuavam no sentido de relativizar suas consequências sobre o Brasil. Neste contexto é visível que; por um lado, uma população pobre e de classe média, que apesar de pagar impostos extorsivos não recebem a contra-partida do



estado em termos de serviços de qualidade, à exemplo de; transportes, saúde e educação. E por outro lado, esta população pobre é vítima de políticas higienistas, principalmente nas cidades sedes da Copa 2014, onde comunidades, museus, equipamentos esportivos e de lazer, entre outros, são derrubados, ou deslocados para áreas mais afastadas, abrindo espaços para ‘investimentos’ para copa do mundo de futebol.

A este quadro, soma-se ainda, o reino da impunidade que cerca os crimes de corrupção praticados por gente do atual, e do anterior, ciclo do poder brasileiro. Entretanto cita Junior, diante de todo este quadro o governo ‘petista’ (nome dado a sigla do partido PT), acreditava que estava “tudo dominado”, pois sua política de bolsa família e de habitação voltada aos mais pobres e as classes C e D, somada ao “medo” da volta do ‘tucanato’ (nome relacionado ao Tucano, símbolo do partido PSDB), em relação a classe média progressista, manteriam o Brasil longe das grandes mobilizações que já abalavam o mundo (Junior, 2013, p. 98).

As manifestações de junho de 2013 apareceram como uma novidade na cena pública brasileira, trata-se de um movimento que traz revoluções através de novas formas de ação e participação sociopolítica, tendo as redes sociais como uma das principais formas de mobilização cidadã e principalmente com a juventude como protagonistas dos protestos. A principal causa dessas manifestações são o resultado da situação de precariedade social marcada pela fragilidade das políticas públicas. Somado a esse quadro social, temos também o contexto global de crise econômica e política, atingindo de distintas formas os países, a depender do grau em que a crise se instala. As manifestações ocorridas no Brasil trazem elementos importantes para se pensar especificamente sobre a realidade política que se configurou nos últimos tempos, em que cada vez mais a política está sendo sequestrada pela Economia. Nesse contexto, surge a necessidade da população e determinados movimentos sociais irem as ruas para protestar.

As reivindicações escritas em cartazes feitos à mão foi uma marca importante dos atos de protestos demonstrando a diversidade de posições e pensamento sobre a realidade brasileira, assim como a ausência de uma direção única e de lideranças de

movimentos sociais já conhecidos no cenário político coordenando tais atos, como estávamos acostumados a presenciar em momentos anteriores. Baseado em um jingle de uma propaganda televisiva da empresa de automóvel FIAT, feito a partir de uma música de um grupo musical brasileiro denominado “O Rappa”, uma das palavras de ordem que mais se ouviu em todo o Brasil, nas diversas manifestações ocorridas foi “vem pra rua”. E surtiu efeito, realmente a população veio para a rua, para o desespero visível dos nossos representantes políticos, assim como de algumas organizações da sociedade civil, visto que essa forma de ação política parecia ter sido retirada da agenda política das organizações e movimentos sociais (Moreira & Santiago, 2013).

No dia 2 de junho de 2013, foi anunciado o aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos) na tarifa de transporte público em São Paulo. Assim como na Primavera Árabe, as Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas as manifestações no Brasil, também tiveram um estopim, as manifestações foram desencadeadas inicialmente em São Paulo pelo Movimento do Passe Livre (MPL), tendo como principal reivindicação a diminuição da tarifa de transporte público. Em 2012, o MPL já havia se manifestado nas ruas de São Paulo contra a proposta de aumento da tarifa de transporte público, porém o ato não teve repercussão nos *media* tradicionais, porém foi considerado por eles como um aviso: “Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar!”. E realmente parou.

A primeira manifestação realizada por este movimento foi no dia 6 de junho de 2013 que teve sua concentração em frente ao Teatro Municipal de São Paulo e reuniu cerca de 5.000 pessoas, o objetivo do protesto era claro, parar o trânsito das principais avenidas da cidade para reivindicar o aumento das passagens. Mas principalmente o que destacou este dia foi a repressão, com um feroz enfrentamento policial e este ato cívico dos manifestantes foi recebido pelos governantes e imprensa de forma bastante negativa. Mesmo assim o MPL voltou para as ruas para o segundo grande ato no dia 7 de junho de 2013, as pessoas através das redes sociais viram o que a polícia fez no último protesto, e se intimidaram, então desta vez eram mais de 2.000 pessoas na Marginal Pinheiros, uma das principais vias de acesso da cidade de São Paulo, e novamente houve uma forte repressão policial.

O terceiro grande ato ocorreu no dia 11 de junho de 2013, os *media* tradicionais seguiram apoiando as ações da polícia, e continuaram referindo os manifestantes como vândalos. Contudo o movimento continuou crescendo através dos novos *media*, e o terceiro ato reuniu cerca de 12.000 pessoas. Apesar da forte chuva a manifestação foi um sucesso. A grande maioria dos manifestantes era a favor de um protesto pacífico, porem depois de 6 horas de manifestação e enfrentamento policial, a manifestação termina com 20 pessoas presas e muitas feridas.

O então governador em exercício era Geraldo Alckimin do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) -denominados popularmente como “tucanos” pelo símbolo que o partido utiliza - da uma entrevista após a manifestação dizendo que, o que se via era um “movimento politico, pequeno mas muito violento”, e não cogitava retirar o aumento proposto da tarifa do transporte público que era reivindicado pelos manifestantes. Muito pelo contrário, pediu ainda mais firmeza e repressão policial para o quarto ato.

Porem nesta altura já era tarde demais, vídeos gravados com telemóveis, que mostravam a polícia sendo extremamente agressiva com os manifestantes eram divulgados através das redes sociais, e quanto mais eram compartilhados, mais pessoas se juntavam a causa do MPL.

O quarto grande ato se inicia no dia 13 de junho de 2013, e a expectativa de confronto era muito maior, mesmo assim os manifestantes não temiam. Porem novamente o clima ficou tenso e houve enfrentamento da polícia de forma brutal, mais de 200 pessoas foram presas de forma aleatória, ninguém foi poupado. As evidencias das brutalidades por parte da polícia foram tantas, que os *media* convencionais não podiam mais ignorar. Mais de 20 jornalistas ficaram feridos, inclusive um deles perdeu a visão de um olho depois de ser atingido por uma bala de borracha. E os mesmos meios de comunicação que vinham criticando o movimento, passam a apoiá-los, da forma mais hipócrita possível.

Almeida critica de forma dura essa atitude e afirma que os registos efetuados pelos integrantes das manifestações pelo Brasil e distribuídos e compartilhados pela internet mostraram “olhares diferentes dos enquadramentos mass-mediáticos, que são

ligados a interesses hegemônicos e que apresentam interpretações convenientes à empresa midiática, respeitando suas estruturas e, claro, intencionalidades” (Almeida, 2013, p. 67). E Moreira e Santiago afirmam da mesma forma essa atitude dos *media* convencionais, que após inicialmente chamar os manifestantes de vândalos e baderneiros, resolveram fazer uma virada espetacular de opinião, e passaram a apoiá-los. Já os governantes, procuraram desqualificar o movimento de protesto, além de revelar a incapacidade de dialogar com a sociedade de forma direta, e assim revelando, de fato, a fragilidade da democracia brasileira, que segundo eles “ainda precisa ganhar um maior aprofundamento, principalmente, porque em nossa Constituição de 1988 está assegurada a prerrogativa da participação direta e semidireta, aspecto importante para ampliação da participação a qual precisa ser efetivada.” (Moreira & Santiago, 2013)

Os novos *media* tiveram um papel importantíssimo nesta fase inicial da revolução de 2013 no Brasil, segundo Silva, ambientes virtuais como Facebook, Twitter, Instagram, blogs e outros sites permitiram a conceção das manifestações, através da divulgação de horários, dias e informações relevantes, além de um debate que ocorreu afastado do discurso jornalístico, o qual foi muitas vezes criticado pelos manifestantes, que acusaram os grandes grupos de comunicação de deturpar a realidade, alimentando estereótipos e estimulando a desinformação. Com um telemóvel na mão, Silva afirma que os “cidadãos-repórteres” produziram uma gama de material audiovisual e puderam transmiti-lo em tempo real, narrando os fatos no próprio local. (SILVA, 2007, p. 5)

Ou até segundo Almeida, ‘upando’ os arquivos de vídeo no YouTube, assim promovendo um registo dos factos paralelo à cobertura dos *media* tradicionais (TV, rádio e impressos). (Almeida, 2013, p. 86) Desse modo conclui Rodrigues, a utilização dos novos *media* estimula a participação e a transformação na esfera política, econômica e social. E termina dizendo que “é preciso o reconhecimento de “poder” dos cidadãos virtualizados com o nascimento da Ciberdemocracia e netativismo, como exemplos do Wikileaks, Anonymous e Occupy.” (Rodrigues, 2013, p. 35)

Ao lado dos espetáculos promovidos pelas emissoras de televisão que cobriam as manifestações, inicialmente com o olhar daqueles que censuram atos espontâneos e considerados fora de lugar, aqui vale lembrar uma pérola que demonstra a posição ridícula que os *media* tradicionais tomaram inicialmente perante as manifestações. Segundo cita Viana, o apresentador do “jornal” televisivo ‘Brasil Urgente’, José Luiz Datena, frente as imagens das manifestações transmitidas, “esbravejava e gesticulava em pé” conforme conta Viana, e aqui vale uma citação um pouco mais longa, para expor essa brilhante cena cômica que demonstra a postura dos *media* de massa perante a revolução democrática cidadã:

*“Seguíamos o script: “Baderna, me inclua fora dessa [...] protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública” Rezava o script que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é violência. Deixa eu ver a pergunta que fizeram aí: ‘você é a favor desse tipo de protesto?’”. Alguma coisa saiu do lugar quando os números apareceram de cabeça para baixo: “Até agora... a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem... mas a maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...”. O riso irônico que então despontava foi prontamente recolhido: “Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra- quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo”. Seguiu-se a necessidade de retomar o que fora perdido mediante a autoridade de quem porta o microfone: “Esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra, eu votaria no não, eu votaria no não!”. Contudo, “a voz do povo é a voz de Deus”, e esse seguia sua recusa. Para que hipótese e resultado permanecessem o mesmo, a pesquisa carecia de precisão conceitual: “Será que nós formulamos mal a pergunta? ‘Você é a favor de protesto com baderna?’ Eu acho que essa seria a pergunta. [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, [...] porque aí fica claro, que senão o cara não entende”. “Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...]. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. A palavra ‘protesto’ poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento de passagem. Então pode tirar daqui”. Com um gesto de*

*mão, Datena empurrou para o lado o quadro virtual que exibia o resultado da enquete” (Viana, 2001, pp. 95, 96 e 97) parafraseando o vídeo (Youtube, 2019).*

Acostumada à comunicação instantânea, interativa e tendo acompanhado os resultados dos protestos da Primavera Árabe, a geração 2.0 brasileira foi às ruas. Foi contrariando a ideia de que se tratava de um grupo de rebeldes sem causa, ou de baderneiros, que segundo Nogueira, ficou muito clara a insatisfação com notícias de aumento de passagens, de obras superfaturadas para a realização da Copa e a má aplicação do dinheiro público. Ainda que no começo a mobilização tenha sido articulada pelo Movimento Passe Livre, as proporções que as manifestações ganharam em número, intensidade, regularidade e amplitude fizeram a grande imprensa se render a um novo tipo de enfoque dos acontecimentos (Nogueira, 2013, p. 29).

Rodriguez complementa que, os novos *media* foram os principais canais mediadores para que os protestos acontecessem em várias capitais no Brasil, na qual permitiram que os envolvidos pudessem interagir, comunicar, mobilizar pessoas, divulgar o movimento, além de gerar trocas e debates on-line, numa espécie de “Fórum virtual”. As redes sociais na internet têm sido largamente exploradas para o ativismo on-line, ou ‘ciberativismo’, caracterizada pela logística das relações sociais em rede. Com caráter em efervescência de mutabilidade, instauram-se, contudo, novas formas de sociabilidade e interações que modificam a paisagem da comunicação digital vigente (Rodrigues, 2013, p. 32 e 33). A ecologia dos *media* assume, neste sentido, novos enfoques: O que antes os *media* convencionais detinham a centralidade das informações, essa perspectiva se modifica quando os atores sociais entram em cena e rompem, de certo modo, com a informação vertical, condensada em grandes monopólios dos *media*, difundidas via interações e práticas mediadas por computador.

O quinto grande ato ocorre no dia 17 de junho de 2013, após o chefe de polícia do estado de São Paulo dar uma declaração frente a todo o ocorrido, que a polícia não iria mais usar de repressão contra as manifestações, sendo assim, os protestos

ganharam ainda mais força. Ao contrário do que imaginavam os governantes brasileiros e representantes políticos, com sua atitude de reprovação, as manifestações se ampliaram e ganharam uma dimensão ainda maior, com forte repercussão nos *media*, além do apoio e indignação de vários segmentos sociais, estendendo-se para outras cidades através dos novos *media*. No princípio, era apenas um protesto contra os R\$ 0,20 da tarifa de transporte público em São Paulo. Mas, logo deixou de ser somente isso. O fato é que os protestos se espalharam pelo Brasil afora, nas capitais, grandes e médias cidades, constituindo-se no que alguns analistas denominaram de “Primavera Brasileira” segundo Nogueira, fazendo referência às manifestações ocorridas em outros países, a exemplo da Grécia, Egito, Espanha etc. A partir daí, o que foi visto era, uma catarse coletiva e milhões de pessoas passam a ocupar as ruas e praças exigindo inicialmente a redução dos valores dos bilhetes nos transportes públicos (Nogueira, 2013, p. 30).

O que parecia ser um movimento pontual rapidamente se transformou em uma luta muito mais ampla, com uma pauta bastante diversificada, demonstrando assim que parte do inconsciente coletivo da juventude brasileira tornava-se um consciente coletivo e iria gerar a combustão necessária para que os jovens (e posteriormente uma população adulta, mesmo que em minoria) fossem às ruas exigir mudanças.

Um segmento da população que se apresentou com grande visibilidade nas mobilizações em todo o país foi a juventude, característica também presente nas manifestações ocorridas globalmente. É importante destacar que, apesar do protagonismo juvenil, não foi só a juventude que ocupou as ruas, outros segmentos sociais também estavam presentes demonstrando a sua discordância e o seu protesto contra a deficiência das políticas públicas, em especial à Saúde, Educação e Segurança Pública. Além das questões relacionadas aos movimentos Feminista e LGBT, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “a cura gay” que tinha como propósito a introdução de uma cultura homofóbica, além de vozes a favor da legalização do aborto. “Reparando-se para suas bandeiras, cartazes e palavras de ordem, é possível ter uma ideia dessa diversidade de sujeitos anônimos, desconhecidos, pelo menos na cena política convencional (CALADO. 2013, p. 03)” citado em (Moreira & Santiago, 2013, p. 18).

Alguns aspetos chamaram a atenção dos analistas e lideranças políticas vinculadas aos movimentos sociais tradicionais, um deles foi a multiplicidade de sujeitos e reivindicações, assim como também a ausência de liderança. Estas características inicialmente foram desqualificadas por muitos por buscarem nas manifestações de junho as mesmas formas e modelos produzidos anteriormente pelos movimentos sociais tradicionais e partidos políticos.

Nogueira afirma que tais manifestações, com sua diversidade de reivindicações e protestos, colocam para a sociedade, em especial para os setores organizados, o desafio de repensar as suas formas de mobilização e ação política. E conclui de forma dura que “o “modelo” político vigente está fragilizado, a democracia representativa está em crise.” O que para Nogueira pareceu bastante evidente nesses atos foi a indicação de uma crise no sistema político brasileiro, o qual apresenta várias fragilidades e fissuras políticas que impedem mudanças mais significativas, capazes de pôr fim a determinadas questões presentes na sociedade brasileira, a exemplo da corrupção, e termina com uma provocação:

*“Não se tratava de um filme já visto, contudo. As manifestações deste ano tinham características próprias. Como ouvido de uma jovem de 18 anos que participou dos primeiros protestos do Rio de Janeiro: “eu achei que a maior parte dos meus amigos estava indo porque era modinha, porque só se falava nisso no twitter e no face[book]. Me enganei!”.” (Nogueira, 2013, p. 28)*

Para Nogueira os discursos mais conservadores diziam que os jovens haviam virado massa de manobra nas mãos de opositores do governo, no caso a direita conservadora. Os *media* tradicionais oscilavam entre afirmar que era uma minoria que cometia atos de depredação do patrimônio público (e outros crimes) e que os jovens não sabiam qual era a reivindicação em pauta, já que o aumento das passagens deixou de acontecer por conta dos protestos (Nogueira, 2013, p. 30). Porém para Rodrigues além das reivindicações em formas de faixas, cartazes, gritos de guerra e camisas pelos manifestantes que tomaram as ruas do país, as redes sociais e sites convocaram as pessoas nestes ambientes (Rodrigues, 2013, p. 36). Neste contexto



das informações descentralizadas, das apropriações das redes sociais e das tecnologias digitais pelas manifestações, pode-se elencar algumas iniciativas que serviram como mediações para organizar novos encontros, bem como acompanhar o foco do ativismo.

Muitas são as teorias que formam um grande espectro de tendências do entendimento de qual foi o efeito motivador para que, o denominado por Leitão como, “o “gigante” plácido que dormia em berço esplêndido” (Leitão, 2013, p. 50) voltasse a acordar. Essa alusão é referente à, que segundo Germano, justo quando tudo parecia tranquilo, sobretudo para o governo e os partidos aliados, surgiram as inesperadas e incômodas manifestações. A luta pelo passe livre ou a redução das tarifas dos transportes coletivos, somaram-se os protestos contra a PEC 37, a corrupção e a precarização da saúde pública e os gastos com as Copas e a Olimpíada. Nem os movimentos sociais, nem os partidos políticos, ou qualquer outra instituição social organizada, assumiram a autoria, nem o comando daquelas inesperadas ações. Ainda assim, elas começaram a acontecer e acabaram mobilizando muita gente, sobretudo, os jovens (Germano, 2013, p. 92).

Contudo segundo Júnior após 20 anos sem grandes mobilizações populares, uma nova geração foi às ruas protestar contra este estado de coisas. A grande maioria destes manifestantes não acompanhou as lutas dos anos 80 nem viveu politicamente os anos 90, logo não presenciaram as grandes mobilizações pelas diretas, não viram um candidato operário com um programa de esquerda quase chegar a presidência, não participaram das grandes mobilizações pelo “Fora Collor” e nem acompanharam politicamente os focos de mobilizações sindicais, e populares, contra o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) e também não viveram, sentiram ou perceberam, politicamente, a importância da luta do MST no combate ao neoliberalismo ‘tucano’ da década de 90 (Junior, 2013, p. 101).

Uma das teorias referente aos motivos pelo qual surgiu o efeito revolucionário das manifestações segundo Leitão, é que existem cinco grandes conjuntos de anomalias que moveram este incomodo da população: O primeiro seria a ineficiência de gestão pública, corrupção, nepotismo, malversação do dinheiro público; O segundo a

insegurança, crime organizado, desaparecimento das polícias militares, falta de políticas públicas para combate às drogas; Já o terceiro seria a deficiência na oferta da saúde pública, falta de profissionais médicos nas periferias e municípios distantes dos grandes centros, hospitais sem as mínimas condições de atendimento; O quarto foram os investimentos públicos insuficientes para atender as demandas educacionais do país, baixa remuneração dos professores, métodos de ensino ultrapassados, carência de condições materiais nas escolas das regiões pobres; E por fim o quinto e ultimo seria a falta de investimento em transporte público de qualidade, indefinição de uma política de mobilidade urbana que permita uma melhor qualidade de vida aos brasileiros, falta de vias expressas e corredores exclusivos de transportes públicos nas grandes cidades (Leitão, 2013, p. 50 e 51).

Contudo segundo Germano, as razões para a explosão das revoltas nas ruas são divididas somente em 3 conjuntos de indícios que influenciaram para as grandes manifestações no Brasil: O Primeiro que temos de aceitar o fato de que a democracia representativa atravessa uma profunda crise que talvez não se resolva com uma simples reforma política. Embora seja, certamente, um importante passo na tentativa de salvar o modelo; O segundo ponto é que não podemos esquecer que a classe mais baixa saiu da miséria, satisfeita esta necessidade primária, logo se pensa em outras questões, porém nem só de pão vive o homem, vive também de transporte, saneamento básico, saúde e educação de qualidade e, sobretudo de participação no processo de mudança social (Germano, 2013, p. 95).

Germano complementa essa segunda questão por uma questão de honestidade histórica, dizendo que não se pode negar que o governo Lula (Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva) através de suas políticas sociais – equivocadas ou não – conseguiu fazer com que mais de 40 milhões de brasileiros ingressassem na classe média. Obviamente que esses novos participantes da sociedade de consumo, introduziram novas expectativas e novos olhares diante do mundo; A terceira e última constatação refere-se as estranhas possibilidades inauguradas a partir das redes sociais de comunicação. Se antes as notícias limitavam-se ao jornal nacional e aos palanques da rede globo, hoje temos outros mecanismos de participação que, evidentemente, não podem mais ser negligenciados. A possibilidade de criar uma página e receber milhões de acessos em

menos de um minuto, é algo que não pode ser desprezado (Germano, 2013, p. 96). Estas insatisfações, aliadas ao descrédito nos partidos políticos e nas entidades representativas de classes, agora compartilhadas através dos novos *media*, tenham possibilitado estes protestos inesperados e diferentes de outrora.

Nos protestos de junho de 2013 os jovens levantaram a bandeira do passe livre e/ou redução do valor das passagens urbanas como ponto de partida da luta, mas rapidamente vários pontos foram acrescentados à pauta das mobilizações, destacando-se as seguintes bandeiras: “punição aos corruptos”, “contra a PEC 37” (que pretendia proibir o Ministério Público de fazer investigações), “o governo deveria oferecer um transporte gratuito e educação de qualidade”, “investigação sobre o uso do dinheiro da Copa”, “corrupção deve ser crime hediondos” “fim do foro privilegiado”, “fim das regalias dos políticos”, “10% do PIB para educação Pública”, “queremos hospitais padrão FIFA” “pelo fim da violência contra os pobres” (Junior, 2013, p. 102). Considerando os pontos de pauta elencados acima, percebe-se claramente a ligação entre estes e as condições concretas da vida do povo brasileiro. Como resposta a estas bandeiras, e com o intuito de evitar um desgaste político ainda maior, o governo Federal, o Congresso Nacional e vários governos estaduais e municipais, logo apresentaram propostas sob o pretexto de responder as demandas populares.

O governador de São Paulo se apressou a declarar que a redução da passagem levaria à diminuição dos recursos para a saúde e a educação. No plano federal, a Presidente na data, Dilma Rousseff, apresentou 5 propostas que ela denominou como: ‘pactos’. O primeiro se refere a manutenção do pacto com os credores (denominado de pacto de responsabilidade fiscal) e o segundo pacto da presidente, seria, de facto, com as elites políticas, visto que propunha uma constituinte exclusiva, eleita com a regra do jogo atual, para discutir uma reforma política. Nos demais pactos, o governo acenou com verbas dos royalties do petróleo e dos recursos do pré-sal para educação, mas não assumiu nenhum compromisso com os 10% do PIB para educação; em relação a Saúde o governo federal pediu para governadores e prefeitos acelerarem as construções de unidades de saúde em andamento, criou o programa “mais médicos”, mas não apresentou nenhuma proposta com vistas a aumentar os recursos para a

saúde e criar uma carreira de Estado para os profissionais de saúde; já no tocante a mobilidade urbana a Presidente anunciou um pacote de 50 bilhões de reais para investimentos (Junior, 2013, p. 103). Destes pactos propostos, os dois primeiros refletem a retórica dos últimos governos do Brasil, ou seja, a importância da responsabilidade fiscal e a “urgência” da reforma política. Entretanto, os outros três pactos, só foram apresentados pelo governo federal porque houve pressão das ruas e dos novos *media*, e também, porque era preciso atenuar a queda da popularidade do governo.

No campo do Legislativo Federal as jornadas de junho também obtiveram importantes vitórias. Entre estas podemos destacar o sepultamento da PEC 37 que impedia o ministério público de realizar investigações, a tipificação da corrupção como crime hediondo e o fim do voto secreto em votações do congresso. No tocante a pauta específica do movimento, até a data de 19 de junho mais de 50 cidades já haviam reduzido as tarifas de transportes públicos, entre estas, 14 capitais. Entretanto, foi exatamente nos estados e municípios onde as mobilizações nasceram e foram mais fortes, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Belo Horizonte) que os respectivos governos mais resistiram em reduzir as tarifas. Como em todo o Brasil, nestes três Estados mesmo após a redução do preço das tarifas dos transportes os jovens continuaram a luta, seja pela melhoria dos serviços públicos, seja contra o dispêndio de recursos públicos em obras da copa, seja por uma pauta local, como foi o caso do protesto contra o governo do Rio de Janeiro (Junior, 2013, p. 104). No mais, o movimento também obteve conquistas importantes em alguns Estados que aprovaram, nas Assembleias Legislativas, o passe livre (mesmo que limitado) nos transportes de suas regiões metropolitanas.

### ***Fake news***

Pode se dizer que, a nascente indústria do jornalismo anterior ao século XX propôs ao público uma espécie de contrato, mesmo que de forma informal, segundo Marques, pelo qual se comprometeria com os princípios da objetividade e da imparcialidade (Marques J. , 2018). Ora, porém, este acordo não deve ser confundido

com a deontologia jornalística, que normalmente é ligada à deontica. A deontologia se refere a uma série de obrigações e deveres que regem a profissão do jornalista. Embora geralmente não institucionalizadas pelos Estados, as normas da ética jornalística são consolidadas em códigos de ética que variam de acordo com cada país. Baseado nisso foi estabelecida uma ligação de confiabilidade entre a imprensa e o público, concedendo assim aos *media* a condição e o título de instituição autorizada a se posicionar sobre temas de interesse público em textos editoriais. Dito isto, tudo o que fere este acordo condicionado entre público e produtor de notícia, faz o nível de confiabilidade baixar, ou seja, qualquer que seja a forma de ludibriar o público, é punida com a falta de relacionamento com aquele meio. É neste momento que se faz clara a necessidade da reflexão em relação ao termo contemporâneo “*fake news*”.

A tradução literal de “*Fake news*” significa notícia falsa. Essa expressão tem sido cada vez mais utilizada nos dias de hoje, porém cada vez menos tem uma relação direta entre notícia falsa e mentira. Muitos intelectuais apontam que estamos sob o domínio da “pós-verdade”, isto é, um momento em que notícias falsas são propagadas, principalmente com o advento da web 2.0, tentando passar muito mais as crenças que se pretende solidificar do que a veracidade dos fatos em si.

Eleita pelo dicionário Oxford, referência no âmbito de classificar novos termos como expressão do ano de 2016, o termo “pós-verdade” é um neologismo que foi definido como “relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”, que descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, importa mais a ideologia que se quer solidificar, e menos os fatos (Fábio, 2016).

De forma simplificada, a utilização dessa expressão se refere à diminuição do peso dado para a verdade factual e valorização das versões de um facto com objetivo de sustentar opiniões e ideologias. A expressão “pós verdade” conforme utilizada atualmente apareceu no ano de 1992 na revista “The Nation”, tornando-se viral a partir de 2016 com a divulgação de “*Fake news*” em dois eventos de alcance

mundial: eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA e a saída do Reino Unido da União Européia (Brexit) (Poubel, 2017).

Nestes dois episódios, a divulgação de notícias falsas pode ter sido decisiva para o resultado das campanhas. A Forbes mostra um exemplo em questão para ilustrar tal ponto que estão as *fake news*:

*“Você se lembra que Richard Branson já ofereceu ao Led Zeppelin US\$ 800 milhões por um uma turnê de 35 shows? Que a Taylor Swift também já ganhou US\$ 365 milhões com um único ano? E Jay Z tentou pagar US\$ 40 milhões para ter os direitos sobre uma música inédita de Prince? Caso as pessoas se lembrem desses ocorridos, é lamentável porque nada disso aconteceu.” (Forbes Brasil, 2016)*

Comenta-se que o resultado de Trump nos EUA como vencedor tenha sido por conta das avalanches de *fake news*, ou seja, notícias falsas encaminhadas às vésperas da eleição para milhões de eleitores, e que boa parte destes destinatários mudaram sua preferência por conta do conteúdo distorcido. Segundo a revista Forbes, Trump foi eleito nos EUA por influências diretas de notícias falsas e destaca uma entrevista à Paul Horner, que ficou conhecido por ser o autor de inúmeras notícias falsas no Facebook e sites dedicados a espalhar rumores e ganhar dinheiro com o “*easy click*” (termo condicionado à *banners* e notícias de fácil acesso) de manchetes chamativas sem contrastar.

Ele próprio se proclamou um ator fundamental na vitória do presidente Trump em novembro passado e conseguiu que os membros da campanha de Trump e até mesmo a Fox News ecoassem suas fraudes. Paul diz: “Ninguém checa os fatos atualmente, e foi assim que Trump foi eleito”, afirma Paul Horner ao jornal norte-americano “*Washington Post*”, que faz US\$ 10.000 por mês vendendo notícias falsas. “Ele só falava tudo que queria, e as pessoas acreditavam, e quando as coisas que ele falava se mostraram falsas, ninguém se importava porque eles já haviam aceitado aquilo. Isso é realmente assustador. Eu nunca vi nada como isso” (Forbes Brasil, 2016).

Já segundo a iniciativa “Fact Checker” do Washington Post verificou-se que o atual presidente dos EUA, Donald Trump, já fez 10 mil afirmações, até a data da publicação, “falsas ou enganosas”, desde que chegou à Casa Branca, e que 22% delas ocorreram durante os seus comícios de campanha para a sua reeleição para 2020 que já iniciaram, a que intitula de reuniões de “*Make America Great Again*” (Observador, 2019).

Isso mostra principalmente a força deste fenómeno que se torna uma ferramenta, e da preocupação aplicada atualmente sobre este tema. Portanto Marques cita que este fato pode ser prejudicial a democracia, sendo um fator primordial que em períodos eleitorais os meios de comunicação são utilizados para a manipulação da esfera publica. Também como segundo fator temos o alto valor no orçamento da produção mediática dos candidatos, o estabelecimento de coligações partidárias tendo em vista o tempo de TV e rádio agregado por cada bancada, e os recentes escândalos de corrupção que envolvem agências de publicidade, propaganda e até do jornalismo (Marques J. , 2018).

Essas propagandas falsas manipulam fatos e determinam rumos. Chomsky afirma que “a propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado Totalitário” (Chomsky, 2013, p. 46). Sendo assim, na disputa para influenciar a opinião pública, não basta apenas investir na criação e desenho de programas de governo que atendam as necessidades da nação, é preciso ressaltar qualidades pessoais positivas de si e vincular adjetivos negativos ao adversário como foi evidente no caso dos EUA.

Contudo, é importante destacar que segundo Marques existem duas características das *fake news* que as diferenciam dos boatos tradicionais, são elas: nível de repercussão e grau de verossimilhança. O primeiro ponto respetivamente é relacionado diretamente à facilidade em que a web se faz ao publicar conteúdos nas redes sociais digitais. É cómodo clicar, gostar e partilhar, assim como é cómodo também repercutir se tal ato não traz consequências imediatas ao utilizador. Se o conteúdo partilhado for feito por uma pessoa de confiança, este fenómeno se agrava ainda mais, pois depositamos confiabilidade neste ato a tendência é defendê-

lo até o final. É por isso que se mostra particularmente perigosa a difusão de informações falsas por parte de autoridades políticas ou públicas; A segunda característica que segundo Marques diferencia as *fake news* dos boatos vai diretamente a capacidade de tais conteúdos de se adaptarem à linguagem dos jornalistas, ou seja, o quão fidedigno se parece ao utilizador aquele rumor. “A adoção das mesmas lógicas da redação das notícias (com uso de aspas, omissão da figura do narrador, dentre outras estratégias) aumenta a possibilidade de convencer o leitor/utilizador de que o material tem autenticidade e é fiável” (Marques J. , 2018).

Levando isso em consideração conseguimos visualizar a pontenciabilidade que a internet causa atenuando estes dois contextos, principalmente o primeiro, a facilidade em dar “likes” e “shares” nas notícias, faz com que a preocupação aumente contemporaneamente em relação as notícias falsas, porque, ora, não sejamos ingênuos em pensar que as *fake news* nasceram no século XXI: “Futricas, fofocas ou até materiais da imprensa publicados sob pseudônimos integram o panorama comunicacional há séculos. Nas últimas décadas, aliás, a divulgação de informações falsas (ou apenas parcialmente verdadeiras) e a edição maldosa de materiais audiovisuais ganharam projeção com o rádio e com a TV” (Marques J. , 2018).

Porém existem outras vertentes de linhas de pensamento que são muito contundentes no tocante às *fake news*, ou seja, outros pontos de vista que faz pensar o sentido deste fenómeno. Por um lado, temos a democratização da mentira, portanto, antigamente os *media* tradicionais tinham o monopólio da mentira, logo, somente eles obtinham o poder dos rumores e a esfera publica somente absorvia como recetores passivos. Já em outro sentido neste mesmo contexto, temos a introdução das “*True News*”, ou seja, notícias verídicas que os *media* tradicionais basicamente não tiveram a capacidade de fornecer ao público, ou foi conivente ao facto dessa notícia existir. Como exemplo temos o caso Snowden com o surgimento da *Wikileaks*.



## **CONCLUSÃO**



## Conclusão

As inovações tecnológicas cada vez mais rápidas e a introdução da internet 2.0 que interferiram e provocaram transformações no cotidiano dos jornalistas, exigem um repensar das teorias clássicas da área. A teoria do *gatekeeper* é uma das que mais convida à reflexão, investigação e escrutínio. Nos dias de hoje onde o processo de *gatekeeping* fica obsoleto, o leitor/utilizador assume uma postura ativa frente aos meios de comunicação, por um lado, na escolha do que e quando ler; por outro, na própria produção das notícias alterando assim o papel do jornalista perante o advento da web 2.0. “E parece também que torna mais democrático o processo comunicativo, com mais atores interferindo no conteúdo informativo e construindo o produto final do jornalismo, a notícia.” (Lopes, 2013, p. 805). Esse é o início do processo onde o *gatewatching* toma protagonismo e o jornalismo ganha um grande desafio, a mudança de paradigma do *gatekeeper* para o *gatewatcher*.

É questionado se meios mais interativos, sem limites de espaço e em tempo real poderiam dar fim à noção de selecionador do jornalista. Ou, pelo contrário, os excessos de informações disponibilizadas pelas mais diversas fontes tornam ainda mais necessário o trabalho do profissional para, além de selecionar, interpretar e certificar a confiabilidade das informações. Porém ressalta Chester:

“O que os meios antigos não são...é participativos. Podemos ler jornais e revistas, ouvir rádio e gravações, ou assistir filmes e televisão, mas as chances de qualquer um de nós realmente contribuir com os *media* de massa...são pequenas. As indústrias dos *media* de massa tendem a ser sistemas fechados, dominados por um punhado relativo de gigantes interligados, com talvez espaço nas margens para a expressão alternativa, mas com a grande maioria de ... vozes independentes ... excluídas” (Chester 2005: 15).

Sendo assim em resposta a pergunta proposta na introdução desta dissertação, o que fica evidente, é que a virada do milénio que trouxe uma era tecnológica rápida e expressiva ao mundo junto com a globalização, somado principalmente a quebra do mercado americano de 2008, tiveram grande impacto em proporcionar um nível de

desemprego, desigualdade e reprovação popular absurda aos governos que pouco trouxeram respostas para a classe mais pobre. O reflexo desta combinação de acontecimentos foi a revolta da população principalmente através dos novos *media*, onde essas pessoas se sentem mais livres em expressarem sua opinião, e o efeito colateral foram as revoltas nas ruas trazendo assim principalmente os mais jovens para as manifestações, com seu estopim na Primavera Árabe e depois se espalhando pelo mundo todo.

Contudo é perceptível que os *media* convencionais ora se recusavam, ora negligenciavam a tarefa de aderir essas pautas da sociedade civil. Porém após a repercussão positiva dos acontecimentos nas ruas, tomavam a causa como sua, como se nada tivesse acontecido. Este é o momento de debruçar sobre este processo, visualizando que nada tem a ver com o código de deontologia dos jornalistas ou por uma falta de profissionalismo de tais agentes, o problema central que esta pesquisa se esforça em ilustrar, é que o mercado financeiro e empresarial tem forte implicação, ou até o domínio das cabeças das redações, ou seja, existe uma enorme pressão econômica nos *media* convencionais, fazendo assim com que certas agendas prevaleçam aos olhos dos antigos “guardiões dos portões”, e a saída no qual a sociedade civil tem se refugiado são nos meios de comunicação que esses agentes não prevalecem, os novos *media*.

## Bibliografia

- Almeida, T. D. (2013). Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação. Jornadas de junho: repercussões e leituras.
- Alsina, M. R. (2009). A construção da notícia. Petropolis: Vozes.
- Benkler, Y. (2015). La Riqueza de las Redes. Cómo la producción social transforma los mercados y la libertad. (F. Cabello, & A. Alonso, Edits.) Icaria editorial.
- Blumer, J. G., & Gurevitch, M. (1995). The crisis of public communication. London: Routledge.
- Brito, G. M. (outubro de 2014). Alguém ainda guarda os portões? *Gatekeeping* de notícias na era dos *media* sociais.
- Bruns, A. (2005). *Gatewatching*: Collaborative Online News Production. Peter Lang.
- Bruns, A. (2008). The Active Audience: Transforming Journalism from *Gatekeeping* to *Gatewatching*.
- Bruns, A. (2014). *Gatekeeping*, *Gatewatching*, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.
- Canavilhas, J. (2010). Do *gatekeeping* ao *gatewatcher*: o papel das redes sociais no ecossistema mediático. II Congresso Internacional Comunicación 3.0.
- Chomsky, N. (2013). propaganda política e manipulação.
- Dilliard, I. (1941). Mr. Justice Brandeis, great American; press opinion and public appraisal. Saint Louis: The Modern view press.
- Drago, H. F., Moura, G. L., & Marchi, J. (2017). A Crise Econômica Mundial De 2008 e o reflexo sobre as instituições bancárias brasileiras. Revista Estudo & Debate.
- Escobar, J. L. (2016). A Internet e a Democratização da Informação.

Escolar, I. (2019). O futuro da imprensa escrita: o jornalismo que depende de seus leitores. Universidade de Malaga. Obtido em 13 de 05 de 2019

Fábio, A. C. (28 de Fevereiro de 2016). Expresso. Obtido de Nexo: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>

Femia, J. V. (2001). *Against the Masses: Varieties of Anti-Democratic Thought Since the French Revolution*. Oxford.

Ferreira, G. (2017). *O Gatekeeper na era dos novos media: novas práticas para um conceito antigo*. Ser Jornalista: Ruturas e Continuidades.

Folha Online. (08 de setembro de 2008). Sistema financeiro ruiu "como um castelo de cartas", diz Lula sobre crise. (Y. Salles, Ed.) Folha de S. Paulo. Obtido de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u465661.shtml>

Forbes Brasil. (18 de Novembro de 2016). Como boatos ajudaram a eleger Donald Trump nos EUA. (Z. O. Greenburg, Ed.) Forbes Brasil.

G1. (31 de Maio de 2016). FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade. G1 Economia. Obtido de <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html>

Germano, M. G. (2013). Somente um protesto. Jornadas de junho: repercussões e leituras.

Giddens, A., & Sutton, P. W. (2017). *Essential Concepts in Sociology*. Polity.

Gomes, C. (17 de Junho de 2016). Prof. CIRO GOMES: "O Liberalismo nunca produziu saída para nenhuma sociedade". Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=yHUBa6uaR1Q>

Guedes, M. H. (2014). *As Jornadas! Clube de Autores*.

Internet World Stats. (17 de Junho de 2019). Obtido de Miniwatts Marketing Group:  
<https://www.internetworldstats.com>

Junior, N. A. (2013). Junho 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas.  
Jornadas de junho: repercussões e leituras.

Leitão, R. (2013). O gigante quis apenas dar um susto? Jornadas de junho:  
repercussões e leituras.

Lopes, G. C. (Dezembro de 2013). As redes sociais e os novos fluxos de  
agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. pp.  
789-811.

Manca, L. (15 de Setembro de 1999). Journalists: *Gatekeepers* or Gate-openers? A  
Reinterpretation of the Westley-MacLean Model Based on MacLean's Unpublished  
Papers. Benedictine University.

Marques, F. P. (2010). Democracia deliberativa: origens, tensões e conceitos  
fundamentais.

Marques, J. (02 de 05 de 2018). Que desafios as *fake news* impõem ao jornalismo e à  
política?

Moreira, O. d., & Santiago, I. M. (2013). Vem prá rua: os protestos de junho.  
Jornadas de junho: repercussões e leituras, 98.

Nogueira, S. G. (2013). A Geração 2.0 “faz a hora”, vai às ruas e sacode o país.  
Jornadas de junho: repercussões e leituras.

Observador. (29 de Abril de 2019). *Fake news*. Trump ultrapassou fasquia de 10 mil  
afirmações falsas, segundo Washington Post. Observador.

Pereira, B. (3 de Janeiro de 2017). “A política liberal nunca promoveu  
desenvolvimento económico em país nenhum”, diz Bresser. Obtido de  
<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-a-politica-liberal-nunca-promoveu-desenvolvimento-economico-em-pais-nenhum-diz-bresser/>

PEW Research Center. (2016). The modern news consumer. PEW Research Center.

PEW Research Center. (2018). Activism in the social *media* age.

PEW Research Center. (2019). Publics in Emerging Economies Worry Social *Media* Sow Division, Even as They Offer New Chances for Political Engagement.

Poubel, M. (2017). Atualidades vestibular. Em Guia do Estudante (p. Ed.26. 2º S). Abril.

Rancière, J. (2015). O ódio à democracia. Boitempo Editorial.

Rodrigues, A. A. (2013). Redes sociais e manifestações: *mediação* e reconfiguração na esfera pública. Jornadas de junho: repercussões e leituras.

Rodríguez, O. (2012). Yo muero hoy. Debate.

Rogers, E. (2001). the impact of technology on editorial *gatekeeping*. *Media* in Transition Conference at MIT.

Sanz, J. C. (2017). Sete anos de frustração desde a eclosão da Primavera Árabe. El País. Obtido em 20 de Junho de 2019, de

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513454978\\_043457.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513454978_043457.html)

Shirky, C. (6 de Abril de 2002). Communities, Audiences, and Scale. Clay Shirky's Writings About the Internet: Networks, Economics, and Culture.

Silva, R. M. (2011). As redes sociais e a revolução em tempo real: o caso do Egito. p. 51.

Soroka, S. (2012). The *Gatekeeping* Function: Distributions of Information in *Media* and the Real World. The Journal of Politics Vol. 74, No. 2, 514-528.

Traquina, N. (2005). Teorias do Jornalismo Volume I - Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular.



Tufte, T. (2014). O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da 'Primavera Árabe'. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 61-90.

Viana, S. (2001). Será que formulamos mal a pergunta? Cidades rebeldes : Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.

WHITE, D. M. (1973). The Gate-keeper Le sélectionneur: étude sur la selection des nouvelles. *Sociologie de l'information*, 203-214.

Youtube. (17 de Março de 2019). Datena surpreendido em pesquisa! Passe Livre 13/06/13. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k&feature=youtu.be>